

FEUDALISMO

Airton de Farias



FEUDALISMO

Airton de Farias



PRAZER
DE
LER®

FEUDALISMO

Airton de Farias

Professor, historiador e mestre em História Social pela
Universidade Federal do Ceará (UFC).

Editor

Lécio Cordeiro

Revisão de Texto

Departamento Editorial

Direção de Arte

Elto Koltz

**Projeto Gráfico,
Editoração e eletrônica
e Capa**

Marcos Durant

Foto da capa:

Castelo Medieval de Eltz
Julia700702 / shutterstock.com

Coordenação Editorial**Direitos reservados à
Editora Prazer de Ler Ltda.**

Rua Neto Campelo Júnior, 37
CEP: 50760-330 - Mustardinha - Recife / PE
Fone: (81) 3447.1178 - Fax: (81) 3422.3638
CNPJ: 14.605.341/0001-03

Impresso no Brasil

F224f

Farias, Airton de, 1973-
Feudalismo / Airton de Farias. – 3. ed. – Recife:
Prazer de Ler, 2017.
96p. : il.

Inclui referências.

1. FEUDALISMO – EUROPA – HISTÓRIA. 2. POSSE
DA TERRA – EUROPA – HISTÓRIA. 3. CAMPONESES –
EUROPA – HISTÓRIA. 4. IDADE MÉDIA – HISTÓRIA –
476-1492. I. Título.

PeR – BPE 17-29

CDU 940.1
CDD 940.1

ISBN: 978-85-8168-502-1

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

As palavras destacadas de amarelo ao longo do livro
sofreram modificações com o novo Acordo Ortográfico.

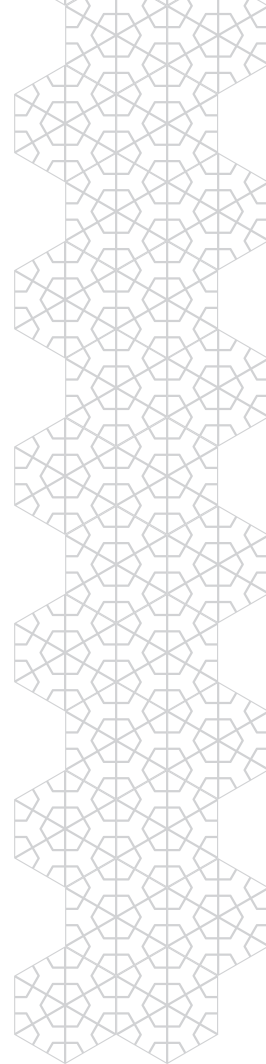
Apresentação

Ainda hoje, é comum vermos, nos meios de comunicação e mesmo nas conversas do **dia a dia**, a caracterização da Idade Média e do feudalismo como algo ruim, atrasado e bárbaro. Este pequeno livro que você tem em mãos é uma contribuição para tentar-se acabar com essa visão equivocada. Não que a Idade Média fosse o paraíso (a nossa época também não é nenhum paraíso), mas entender esse período histórico é compreender a nós mesmos, como perceberemos a seguir.

Por estas páginas, desfilarão personagens e cenários consagrados. A nobreza, senhora dos feudos (geralmente grandes extensões de terra) e camponeses (servos), que com seu árduo trabalho sustentavam aquela sociedade. Veremos o poder do cristianismo católico, que buscava justificar as injustiças medievais. Mas havia quem questionasse aquilo tudo, como os hereges, os camponeses e rebelados, etc. e ameaças externas, como os árabes muçulmanos, que invadiram a Europa Ocidental e lá permaneceram por vários séculos.

Não ficaremos, contudo, atentos apenas a aspectos políticos e econômicos. Tentaremos entender um pouco sobre o que pensava o homem da Idade Média, seus sonhos, suas esperanças, frustrações... Como vivia? Como se alimentava? Como amava, sorria, chorava? E as crianças, como eram naquele período?

Estas páginas são apenas um breve estímulo para você aprofundar seus estudos em sala de aula e em outras obras. Esperamos que isso aconteça e que atenda à sua expectativa — afinal, cada vez mais cresce a quantidade de alunos e alunas apaixonados por História, interessados em entendê-la criticamente e não em se preocupar em decorar nomes e as datas. Os homens e suas relações são bem mais importantes que saber o nome de reis e as datas. Boa leitura.



Sumário

Capítulo 1 – 07

A terra,
a posse e o cultivo



Capítulo 2 – 12

Uma definição de
Feudalismo



Capítulo 3 – 14

Heranças
romanas



Capítulo 4 – 21

Heranças
bárbaras



Capítulo 5 – 31

O feudo e o
trabalho servil



Capítulo 6 – 35

A economia
feudal



Capítulo 7 – 37

Política



Capítulo 8 – 39

As ordens
feudais



Capítulo 9 – 41

A igreja cristã
medieval



Capítulo 10 – 49

A mão da Igreja



Capítulo 11 – 53

As relações de suserania e vassalagem



Capítulo 12 – 61

A vida dos servos



Capítulo 13 – 65

Mudanças no feudalismo:
Baixa Idade Média



Capítulo 14 – 66

A fase de expansão:
renascimento comercial



Capítulo 15 – 72

As cruzadas e o
renascimento comercial



Capítulo 16 – 77

“Renascimento”
urbano



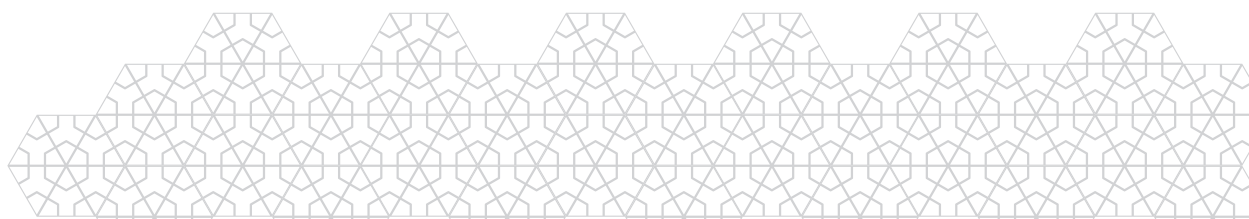
Capítulo 17 – 82

A fase de recessão:
crise do século XIV



Capítulo 18 – 89

Os Estados nacionais
monárquicos absolutistas



O contexto do feudalismo

O tema deste livro refere-se a uma realidade bem distante do nosso tempo e do nosso país — o **feudalismo**, que ocorreu na Europa, aproximadamente entre os séculos V e XV, no que ficou convencionalmente chamado de **Idade Média**. Apesar disso, o assunto está mais perto de nós do que imaginamos, influenciando-nos em vários campos, como nas concepções religiosas e políticas e até em meros hábitos do cotidiano, como o uso de talheres à mesa e de expressões, a exemplo de *Deus me livre*.

Mas vamos com calma. Falar de feudalismo tem suas dificuldades e armadilhas. Afinal, a palavra *feudalismo* surgiu apenas no século XVII, muito tempo, portanto, após o momento histórico que ela designa, e existem várias visões sobre tal momento. Dessa maneira, vamos “amarrar” melhor algumas **ideias** para o jovem leitor não se perder nesta “selva de História”.

Precisamente, o espaço do feudalismo foi o da **parte ocidental da Europa**, quando os países que hoje lá estão não existiam ainda. Predominavam, na Europa Ocidental, grandes florestas; e as “cidades” (se é que podemos chamar aqueles povoados de cidades) eram poucas, pequenas e dispersas. O contato e a subordinação dos homens à natureza eram enormes, a ponto de moldarem suas vidas em vários aspectos, pois era da terra e da floresta que retiravam o duro sustento de suas famílias.



1

A Terra, a posse e o cultivo

Com um conhecimento técnico precário, as variações do meio ambiente eram dramáticas para as pessoas: terras que perdiam a fertilidade e secas ou chuvas rigorosas prejudicavam a colheita, gerando fome, muita fome — um fantasma terrível para todos. E, mesmo quando não acontecia nenhuma “anomalia”, a produção não era lá essas coisas — os instrumentos da agricultura eram toscos, geralmente de madeira. O ferro era algo raro e valioso. Percebe-se, portanto, que a terra e o trabalho manual eram fundamentais para a existência da sociedade feudal.

A alimentação era precária. O camponês (**servo**) vivia de legumes e cereais, principalmente do trigo; tinha-se a carne como uma raridade, pois a criação era pouca (umas galinhas, vacas, uns carneiros, etc.), apesar de importante para fornecer leite, ovos ou força de tração (animais puxavam os arados no campo). A caça era exclusividade das elites da sociedade feudal, formadas por **senhores feudais, nobres** ou **aristocratas**. Com a fome e má alimentação, vinham as mortes (era altíssima a mortalidade infantil e baixa a expectativa de vida), a subnutrição e as doenças, penalizando ainda mais os camponeses em sua dura luta pela sobrevivência.



Corel Photos

No feudalismo, a posse e o cultivo da terra eram fundamentais.

Novas pesquisas questionam a visão da Idade Média como um período de “trevas”.



Por outro lado, os sofrimentos da massa poderiam ser vistos como forma de penitência, ou seja, a dor corporal em troca dos pecados da humanidade, verdadeiros castigos impostos por Deus, uma vez que aqueles homens eram profundamente religiosos e ligados à Igreja Cristã/Católica; por isso, aguentavam a dor, autoflagelavam-se esperando o perdão divino e viam como inimigos os praticantes de outras religiões ou de outras concepções do cristianismo, tidos como infiéis, hereges ou pagãos. Dominante, a religião cristã, contudo, tinha disputas internas e se defrontava com outros cultos, outras crenças e tradições.

É importante ressaltar que, embora o feudalismo esteja associado à Idade Média, ele não se restringe a esse período histórico. Na realidade, como veremos a seguir, o feudalismo nasceu antes, das ruínas do outrora glorioso Império Romano, em conjunto com o que foi trazido pelos destruidores de tal império, os chamados *bárbaros germânicos*. Elementos do feudalismo também ultrapassaram os limites da Idade Média, sobrevivendo e atingindo etapas posteriores — por exemplo, a França, antes da famosa Revolução Francesa, de 1789 (século XVIII), tinha características feudais. A Rússia, em 1917 (século XX), quando da não menos famosa Revolução Bolchevique, conservava ainda fortes componentes feudais.

A Idade Média, aliás, é um momento histórico dos mais incompreendidos, alvo mesmo de grande preconceito por parte de muita gente ainda hoje; seria uma “noite de mil anos”, uma “idade das trevas”, de “ignorância, fanatismo, caos político, barbarismo” e outras bobagens parecidas. Ora, novas pesquisas históricas estão reavaliando essa visão distorcida.

A expressão *Idade Média* foi criada, no século XVI, pelos humanistas no denominado Renascimento Cultural (Idade Moderna), já com um sentido negativo.

Os renascentistas admiravam Grécia e Roma (da Idade Antiga) e acreditavam que, quando essas civilizações “sumiram”, teria acabado a cultura, a qual “manteve-se morta” por mil anos e ressurgiu com o Renascimento Cultural — por isso o termo Idade Média, um período intermediário entre as idades Antiga e Moderna.

Tal **ideia** negativa da Idade Média é uma ingenuidade. Lógico que esse período teve seus absurdos, como nossa época também tem — afinal, nada mais absurdo que um país invadir outro e matar milhares de pessoas. Contudo, devemos acabar com as visões simplistas e preconceituosas do passado e tentar entender que a sociedade feudal foi a sociedade possível para sua época, fruto do passado romano-germânico e base para uma nova, a capitalista, existente hoje.

A Idade Média em Todos Nós

A Idade Média está mais próxima de nós do que imaginamos. Basta observar o cotidiano de uma pessoa comum para perceber algumas contribuições medievais. Ao acordar, uma pessoa veste/troca as roupas de baixo (que os romanos não usavam, embora conhecessem), põe calças compridas (na Grécia e em Roma **usavam-se** túnicas) e um cinto com fivela (antes, os cintos eram amarrados). Depois, veste uma camisa abotoando botões (os quais foram inventados em torno de 1204) e coloca óculos (criados por volta de 1285, talvez na Itália), olhando-se



num espelho de vidro (invenção do século XIII). A seguir, observa pela janela (criada no final do século XIV) para ver o trânsito da rua.

Relógio medieval na cidade de Praga, República Tcheca.

Saindo de casa, essa pessoa

vê o calendário, sem saber que a contagem do tempo como conhecemos no Ocidente foi estabelecida por um monge no século VI e que datas e festas cristãs, como a Páscoa e o Natal (25 de dezembro), foram estabelecidas pelo homem medieval. Ao entrar no carro, não lembra que os números da placa do automóvel são algarismos árabes — na realidade, foram uma invenção da Índia que os árabes levaram para a Europa no início do século XIII, quando dominavam parte do continente (antes, usavam-se os complicados algarismos romanos; você já tentou multiplicar e dividir com algarismos romanos?).

Ao passar perto de uma biblioteca, nosso amigo decide fazer empréstimo de um livro, que, para variar, é mais uma invenção do período medieval (em Roma, usavam-se rolos de papel; quando alguém queria localizar um tre-

cho, tinha que desenrolar vários metros de folhas coladas umas às outras). O formato mais prático do livro melhorou mais ainda com a invenção da imprensa no século XV, que possibilitou ampliar e agilizar a quantidade de exemplares e baratear o preço. Saindo da biblioteca, a pessoa compra um jornal, sem atentar que o papel, inventado anteriormente na China, tornou-se popular mesmo ao chegar à Europa a partir do século XII. No jornal (e nos livros, nas revistas, telas de computadores, etc.), temos outra herança medieval: o formato das letras como usamos hoje foi criado por monges no século VIII.

Atrasada, a pessoa olha o relógio, mais uma invenção do homem medieval — foi criado, no final do século XIII, um mecanismo que permitia a medição do tempo, independentemente das condições naturais. Nosso amigo

O xadrez é jogado com peças que representam as classes sociais e as disputas de poder na Idade Média: o rei, a rainha, o bispo, o cavalo, o peão e a torre.



chega finalmente à universidade onde estuda, que é outra novidade da Idade Média, do século XII. As aulas na universidade ainda apresentam algumas características daquela época: os alunos leem um texto, o professor explica e depois há um debate.

Após a aula, a pessoa decide almoçar e, mais uma vez, vai entrar em contato com elementos vindos do período medieval. Em Roma, não havia mesas; as pessoas comiam recostadas numa espécie de divã. Na refeição, nosso amigo usa colheres (criadas no século XIII) e garfos (originários do século XI, mas propagados no século XIV). Após o almoço, aparecem alguns conhecidos, dispostos a uma conversa agradável e a jogar baralho, que é um divertimento criado em fins do século XIV (basta notar que os desenhos das cartas, com reis, rainhas, valetes, estão ligados à nobreza feudal). Cansada de perder no baralho, a

pessoa quer um jogo mais intelectualizado e decide jogar xadrez, que era bastante apreciado pelas elites medievais (daí a presença, no tabuleiro, de bispos, torres, rainhas, etc.).

E, para concluirmos, em todas as atividades realizadas, nosso amigo usou a língua portuguesa, que igualmente veio da Idade Média. A língua de um povo, como qualquer outro elemento cultural, está em mudança. Entretanto, no Brasil, de dimensões enormes e distante de Portugal, as mudanças lentas da língua demoravam para chegar — ou seja, hoje falamos um português muito mais próximo daquele da Idade Média do que o de Portugal atual. Até o nome “Brasil” seria medieval, do século XIV, vindo de uma lenda celta sobre uma ilha situada em algum lugar nos mares, um lugar perfeito, de clima agradável e pessoas felizes.

Idade Média, uma “idade das trevas”? Nada disso!

Divisão da Idade Média:

1ª Idade Média – Dos anos 300 (século IV) aos 700 (século VIII).

Alta Idade Média – De meados dos anos 700 (século VIII) aos 900 (século X).

Idade Média Central – Dos anos 1.000 (século XI) aos 1.200 (século XIII).

Baixa Idade Média – Dos anos 1.300 (século XIII) aos 1.400 (século XV).

Um período que durou dez séculos, ou seja, um milênio.

2

Uma definição de Feudalismo

Mas chega de reflexões. Afinal, como podemos definir o feudalismo? Existem vários conceitos entre não poucos historiadores. Com base na definição de um dos maiores estudiosos do assunto, o francês Jacques Le Goff, entendemos feudalismo como *“um sistema social, político, econômico e cultural, com origens nas sociedades romanas e germânicas, predominante na Europa medieval, baseado nos vínculos entre homens, no qual uma classe de guerreiros especializados (os senhores feudais), subordinados uns aos outros em hierarquia, submetia e explorava uma massa de camponeses (os servos)”*.



A nobreza dominava a Sociedade Feudal.

Como se percebe e já dissemos, o feudalismo não apareceu “do nada”, mas, sim, com base no que havia em sociedades anteriores. Sua formação foi um processo demorado, que se arrastou por séculos, da crise do século III do Império Romano, passando por características dos reinos germânicos surgidos nos séculos V e VI (que apareceram exatamente após o fim do Império Romano) e problemas do Império Franco no século IX, até se concluir no século X. Esse longo período de “gestação” feudal, isto é, de transição do escravismo para o feudalismo, entre os séculos V e X, é chamado de **Alta Idade Média**.

Já a denominada **Baixa Idade Média**, entre os séculos X e XV, é o período em que acontecem mudanças no feudalismo e inicia-se a formação do capitalismo, conforme veremos adiante.

A Santa Capela (Sainte-Chapelle) é uma capela gótica construída no século XIII por Luís IX.



Bucchi Francesco / shutterstock.com

3 Heranças romanas

■ O Feudalismo teve suas origens em Roma e nos povos germânicos.



Roma foi, sem dúvida, uma das maiores potências da história humana. Uma potência, porém, baseada na opressão, na escravidão e na exploração de outros povos (imperialismo). Entretanto, com a chamada **Crise do Século III**, Roma entrou em decadência, em **consequência** principalmente da **crise do trabalho escravo**, que era o sustentáculo principal daquele Império. Calcula-se que Roma chegou a ter metade de sua população como escrava, e toda a sociedade se baseava na escravidão. Os cativos eram, sobretudo, os estrangeiros derrotados em guerras.

Acontece que tais guerras e a manutenção de um gigantesco Estado passaram a dar prejuízos ao Império

— eram gastos excessivos com salários de funcionários, manutenção do Exército, operações de governo, etc., sem falar os custos da corrupção, do desperdício, da política do pão e circo (divertimentos bancados por Roma para alienar a massa de plebeus, isto é, o povo). Assim, diante do “rombo das contas”, Roma diminuiu suas guerras de conquista. Com isso, reduziu-se o fluxo de escravos e, diminuindo a escravidão, **abalou-se** a produção agrícola e o comércio, a inflação cresceu, o dinheiro desvalorizou-se e o Império passou a fraquejar.

Para tal decadência, iria contribuir também a própria expansão do cristianismo. Religião surgida a partir da trajetória e das pregações de Jesus na **Galileia** (região da periferia do Império Romano), o cristianismo expandiu-se principalmente na fase de crise de Roma — afinal, suas pregações de paz, amor, igualdade e, sobretudo, vida pós-morte e felicidade eterna eram atrativas para uma sociedade que vivia o caos e a desesperança.

As antigas religiões greco-romanas não traziam respostas para as angústias das pessoas, mas o cristianismo, sim; num mundo conturbado, a resolução estava em entregar-se à verdade de um deus único e onipresente, senhor da verdade absoluta.



Constantino foi batizado e se converteu ao cristianismo na hora da morte. Afresco de Gianfrancesco Penni, 1517-1524.

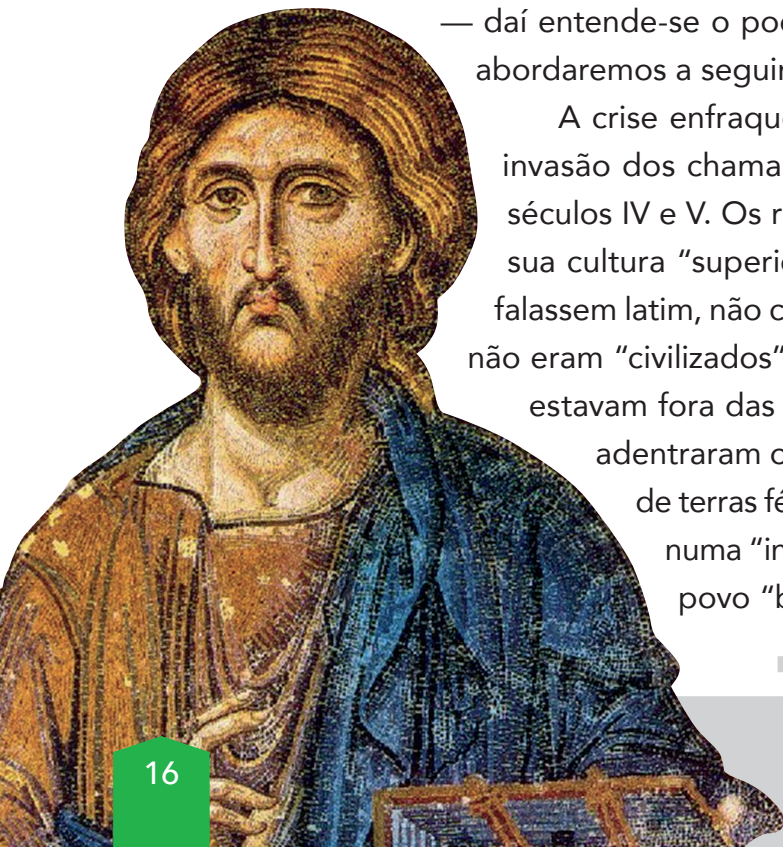
O cristianismo surgiu inicialmente entre os mais pobres e perseguidos, pois condenava a exploração dos humildes e dos escravos, depois foi adotado por outras camadas sociais, inclusive pelas camadas mais ricas da sociedade. À medida que avançava o cristianismo, condenava-se e **reduzia-se** a escravidão em Roma, e Roma não podia existir sem escravidão.

Em busca de apoio político, o imperador romano Constantino, com o *Edito de Milão* (313), liberou o culto dos cristãos, até então perseguidos pelas autoridades; depois, o imperador Teodósio, com o *Edito de Tessalônica* (391), oficializou a religião cristã como a única a ser aceita pelo Estado. Ia, assim, aos poucos, estruturando-se a Igreja Cristã como conhecemos hoje, com sua hierarquia (patriarcas, bispos, padres, etc.) e uma grande influência sobre a mente e o coração das pessoas. O bispo de Roma passou a reivindicar um poder universal sobre os demais cristãos, como legítimo sucessor de São Pedro e chefe único da nascente igreja (o título de papa, “pai dos cristãos”, porém, surgiu apenas no século VI), o que, contudo, não foi aceito por outros líderes da religião, advindo daí várias disputas políticas e divisões, conforme veremos adiante.

Tal igreja passou a manter íntimas alianças com as classes dominantes, recebendo destas imensas doações e riquezas. Aos poucos, percebeu-se, a Igreja Cristã foi estruturando grandes poderes espirituais (ela seria a única representante de Deus na Terra e indicadora do “caminho único” da salvação), políticos (a Igreja influenciava e mesmo determinava as decisões dos governantes) e econômicos (a Igreja possuía imensa fortuna) — daí entende-se o poder do cristianismo na Idade Média, como abordaremos a seguir.

A crise enfraquecia Roma a ponto de não poder barrar a invasão dos chamados povos *bárbaros* em seu território nos séculos IV e V. Os romanos eram etnocêntricos, consideravam sua cultura “superior”, de modo que aqueles povos que não falassem latim, não conhecessem as leis, a religião, etc. de Roma não eram “civilizados”, como no caso das tribos germânicas que estavam fora das fronteiras do Império. De início, tais tribos adentraram o Império Romano pacificamente (em busca de terras férteis, de caça, etc.) e, depois, violentamente, numa “inundação” humana, empurrada por um outro povo “bárbaro”, vindo do leste da Ásia, os **hunos**.

O cristianismo mudou o Império Romano.



Átila e os hunos

Para os romanos, Átila, rei dos hunos, era sinônimo de destruição e terror. Em menos de 20 anos, aquele “bárbaro” à frente de milhares de guerreiros tinha colocado a Europa de joelhos. Montados em poderosos cavalos, gritando para provocar pânico nos adversários, atirando flechas, lanças, redes e laços, os hunos, originários da Ásia (Mongólia), em sucessivas levas, invadiram a Europa a partir do século III em busca de pastos e saques. O pânico dos hunos levou vários povos germânicos a adentrarem de forma desordenada as fronteiras romanas,

num verdadeiro efeito dominó, contribuindo para a destruição daquele Império.

Os hunos instalaram-se, então, nas planícies da atual Hungria, no Leste Europeu. Foi ali que provavelmente nasceu Átila, no ano de 406. De traços obviamente asiáticos, baixo, ombros largos, cabeça grande, nariz chato, olhos pequenos e puxados, barba rala, Átila tornou-se rei num momento em que Roma estava ruindo e não hesitou em atacar a potência, saqueando e dominando territórios — sofreu sua maior derrota para os romanos, então liderados pelo

Império de Átila, o Huno





Viacheslav Lopatin / shutterstock.com

Afresco que representa a luta de Átila contra a Igreja. Os hunos eram tidos como selvagens.

General Aécio, em 451, na Batalha de Châlons (na atual França). Isso não o impediu de, novamente, em 452, atacar o Império Romano, devastando a Itália —, mas, apresentando já tropas enfraquecidas pela fome e por doenças, sem condições de continuar lutando, Átila desistiu de atacar Roma e **retirou-se** (conta, uma outra versão, que a desistência ocorreu porque o Papa Leão I foi pedir clemência e porque Átila, sendo supersticioso, temia a fúria do Deus dos cristãos). No ano seguinte, faleceu precocemente, de uma hemorragia misteriosa. Com isso, o Império Huno também entrou em colapso, em

meio a disputas entre os herdeiros de Átila.

O mais famoso rei dos hunos foi, durante muito tempo, retratado de forma negativa, pois o que se sabe dele vem do que foi escrito por autores cristãos e romanos: chegavam a chamá-lo de “flagelo de Deus”, ressaltando que era muito mau, que só comia carne crua e que passava o tempo todo montando em cavalos. As sucessivas invasões e guerras, os traços físicos e o modo de vida mongóis, além do desprezo de Átila pelas religiões, explicam essa visão desfavorável.

Com as invasões “bárbaras”, confrontos, saques, medo, caos, a sociedade romana agravou sua crise. A produção agrícola e o comércio cada vez mais diminuíram (naquele caos, como produzir ou negociar?), e as cidades “sumiram” ou “encolheram” — elas eram alvos prediletos dos ataques “bárbaros”, e muita gente as abandonava com medo. A fome, as doenças e a mortalidade campeavam, reduzindo a população. Em outras palavras, tinha-se declínio demográfico e a redução da produção agrícola, artesanal e das atividades mercantis, além da ruralização da Europa, que são características já do nascente feudalismo.

Diante da insegurança, da violência e do banditismo, as elites romanas (patrícios) passaram a se deslocar para suas grandes propriedades rurais, as denominadas **vilas** (*villae*), onde poderiam estar mais seguras e obter quase tudo que precisassem para viver. Nas vilas, começou a surgir (lentamente) um novo regime de trabalho, em lugar da escravidão: o **sistema de colonato**. A massa de plebeus e mesmo ex-escravos procurava as vilas e, em troca de proteção e condições de sobrevivência, aceitava trabalhar nas terras para tirar o seu sustento, entregando ao proprietário parte da produção e prestando serviços gratuitamente.

Se o colonato interessava aos pobres, era igualmente excelente para os proprietários rurais e para o Estado romano, pois era uma maneira de se aumentar a produção, uma vez que faltava **mão de obra** de escravos ou mesmo de livres. Era tão bom que proprietários rurais libertavam seus escravos (um “luxo” cada vez mais difícil de manter), para transformá-los em colonos. O governo romano, no século IV, legalizou o novo regime — o colono estava vinculado ao lote de terra em que vivia, não podendo mais abandoná-lo nem podendo ser expulso dele pelo proprietário; o lote de terra não poderia ser vendido sem o colono nem poderia se vender o colono sem a terra.

Em suma, o colono era juridicamente um homem livre, mas na prática era um “escravo da terra”. Com o passar dos séculos, o colonato, mesmo após o fim do Império Romano, virou costume, dando origem à



■ Bárbaros vândalos atacam Roma em 455.

○ Império Romano vivia grave crise.

Invasões e migrações bárbaras



Invasões e migrações dos povos bárbaros (séculos IV e V).

servidão do feudalismo, enquanto as vilas seriam bases para os **feudos**.

A crise e a fragilidade de Roma acentuavam-se. Em 395, numa tentativa de melhor administrar o gigantesco território e “salvá-lo”, o imperador Teodósio determinou a divisão do Império em dois: Império Romano do Ocidente (com capital em Milão e que corresponde à Europa Ocidental, onde se formaria o feudalismo) e Império Romano do Oriente (com capital em Bizâncio, ou Constantinopla), que existiria até 1453, sendo mais conhecido como Império Bizantino). Por fim, em 476, os “bárbaros” hérulos (subdivisão dos germanos), liderados por Odoacro, após sucessivas invasões, atacaram Roma e mataram Rômulo, o último imperador. O Império Romano do Ocidente melancolicamente acabava ali. Em seu lugar, surgiriam vários reinos “bárbaros”, de curta duração, mas que igualmente contribuiriam para a estruturação do feudalismo.

4

Heranças bárbaras

A **ideia** de “bárbaros” surgiu na Grécia Antiga, vinda da palavra depreciativa *barbaroi*, ou seja, *balbuciante* ou *gago*, aquele que não falava a língua helênica. Os romanos, ao dominar a Grécia, herdaram a palavra e o preconceito, desprezando os povos além de suas fronteiras e que não tinham a cultura latina.

Existiam vários povos “bárbaros” fora do Império Romano: os gauleses (na atual França), os bretões (na Inglaterra), os eslavos e germanos (no leste e no norte, respectivamente). Foram principalmente os germânicos (que se subdividiam em visigodos, ostrogodos, alanos, hérulos, vândalos, francos, saxões, suevos, lombardos, etc.) que adentraram e destruíram Roma.

■ Vercingetórix, chefe gaulês, joga suas armas aos pés de César, que enalteceu as qualidades de seu inimigo. Tela de Lionel Noel Royer, 1899.



Doces bárbaros

Os “bárbaros”, além de seus nomes que ainda hoje marcam a Europa (por exemplo, Inglaterra; “terra dos anglos”), deixaram tradições culturais ainda hoje facilmente percebidas. É o caso da árvore de Natal, herança do culto

germânico à árvore do paraíso e à felicidade da família, bem como a ação de estender a mão para cumprimentar alguém (mostrando que não se estava armado e que vinha em paz).

Reinos bárbaros



Para os romanos, aqueles povos germânicos tinham hábitos estranhos e “incivilizados”. Não muito afeitos a banhos e muitas vezes usando como vestes peles de animais, viviam da agropecuária, caça e pesca, em tribos seminômades. Também praticavam a pilhagem como atividade econômica complementar. Poucos faziam comércio. Habitavam casas toscas, de madeira — um agrupamento de cabanas formava uma aldeia. A posse da terra era coletiva, e apenas os rebanhos eram privados — era exatamente o número de animais que determinava a riqueza de um indivíduo.

O poder máximo estava com a **Assembleia** dos Guerreiros, composta de elementos que, depois, contribuiriam para a formação da nobreza no feudalismo.

Os líderes militares deveriam mostrar coragem, astúcia e perícia para ocupar o cargo. Os “bárbaros” exaltavam os guerreiros — isso é percebido em seus poemas cantados nas festas (não usavam a escrita), na exaltação dos seus heróis tombados nas guerras e na própria religião: não cultuavam o Deus dos cristãos (por isso, eram chamados de *pagãos*), mas, sim, forças da natureza (trovão, raio, lua), tendo como principais deuses seres poderosos, a exemplo de Thor (Trovão – deus da Guerra), Odin (deus da sabedoria), Tiwaz (patrono da justiça e deus da coragem), etc., acreditando que os guerreiros mortos em combate seriam levados por belas mulheres (valquírias) em cavalos alados para o paraíso (Valhala).

Ao entrar em contato com o Império Romano, os germânicos mudaram muitos de seus hábitos “bárbaros” (por exemplo, ocorreram casamentos e muitos adotaram como língua o latim), embora também tenham “transmitido” novos elementos culturais à Europa Ocidental, contribuindo, pois, para a formação da sociedade feudal, a exemplo da valorização da guerra — a rigor, o feudalismo é uma sociedade de guerreiros. Outros elementos da tradição germânica herdados pelo feudalismo foram o **comitatus** (laços de fidelidade entre os guerreiros — um grupo de homens seguia e obedecia a um líder, recebendo em pagamento parte dos saques praticados) e o **beneficium** (a entrega em usufruto, e não da propriedade definitiva, de um bem imóvel em troca de serviços prestados), que estariam na base das famosas relações de suserania e vassalagem entre os senhores feudais.



Valquíria, na representação de Peter Nicolai Arbo (Noruega, 1831–1892).

A conversão dos francos ao cristianismo foi fundamental para a formação de seu reino. Na pintura ao lado, *O Batismo de Clóvis*, mestre de Saint-Gilles, 1500, National Gallery of Art, Washington.



Por outro lado, as invasões e a formação de vários reinos “bárbaros” não alteraram muito as estruturas socioeconômicas vindas de Roma: continuaram a decrescer a escravidão, a produção, o comércio, as cidades, etc. Muitos elementos da elite germânica aliaram-se e mesmo apropriaram-se de terras dos antigos proprietários romanos (geralmente, tomavam um terço das terras, conforme a velha prática “bárbara” da *hospitalitas*), colocando vários dos homens de sua tribo em dependência, como no regime de colonato. Em outras palavras, as sociedades romana e germânica, conforme os interesses de suas classes dominantes, foram aos poucos se fundindo, gerando uma outra sociedade, a feudal.

Os “bárbaros” quebraram a unidade política da Europa para sempre, estabelecendo uma pluralidade que ainda hoje marca aquele continente (basta olhar para a quantidade de países e micropaíses que a Europa tem). Os germânicos, após sucessivas “ondas” de invasões, sobretudo nos séculos IV e V, deixaram seus nomes em muitas áreas europeias ao formarem vários reinos: o dos Francos (mais ou menos no que é atualmente a França), dos Visigodos (Espanha), dos Anglo-saxões (Inglaterra), dos Ostrogodos (Itália), etc. Tais “bárbaros” apresentavam quase as mesmas línguas e tradições, mas eram rivais incorrigíveis, o que trazia guerras e a continuação da instabilidade política na Europa, sem falar que o continente permanecia ameaçado pelas incursões dos hunos.

Assim, o poder político centralizado existente na época do Império Romano foi fragmentado. Com a ruralização, as dificuldades de comunicação e transporte e a tendência à **autossuficiência** das grandes propriedades rurais, os antigos representantes do poder imperial romano foram perdendo a capacidade de ação e autoridade sobre grandes territórios. Cada vez mais, o dono da terra acumulava poderes e autonomia.

Mesmo a formação dos novos e breves reinos “bárbaros” não acabou com essa tendência de descentralização do poder, pois, como vimos há pouco, os germânicos não mudaram as estruturas socioeconômicas da Europa Ocidental, uma vez que, com a decadência da economia comercial e monetária, os novos reis “bárbaros”, conforme a tradição do *beneficium*, retribuía a fidelidade ou os serviços prestados por seus colaboradores com a única e verdadeira riqueza daquele período: a terra. Assim, os reis foram, aos poucos, se enfraquecendo e se empobrecendo, enquanto continuava a aumentar o poder da nobreza no campo, fosse ela de origem romana ou germânica.

Muitas vezes, o possuidor de um benefício recebia também certos privilégios, por exemplo a **imunidade** (*immunitas*), esvaziando cada vez mais a autoridade dos reis. Pela imunidade, certos territórios não poderiam ser submetidos à autoridade de funcionários do rei — o dono da terra ficava com poderes para administrar a área, aplicar a justiça, fazer recrutamento militar, cobrar impostos, etc.

Curiosamente, as práticas de *beneficium* e *immunitas* foram bastante aplicadas por um poderoso rei da Idade Média, **Carlos Magno**, líder do mais duradouro reino bárbaro, o **Império Franco**, também chamado de **Império Carolíngio**. Essa maior duração do Reino Franco (cuja consolidação durou perto de 300 anos) se deveu à sua conversão ao cristianismo (em geral, os demais bárbaros eram pagãos ou hereges, isto é, seguiam um ramo cristão contrário à Igreja de Roma) e à união com o papa e a poderosa Igreja Cristã.

Enquanto viveu, Carlos Magno (768–814) realizou inúmeras conquistas territoriais (quase recompôs as fronteiras do antigo Império Romano do Ocidente) e manteve a autoridade real, graças a seu prestígio pessoal; com sua morte, entretanto, o império e a autoridade dos reis acabaram se enfraquecendo e se fragmentando à medida que aumentava o poder político nas mãos dos senhores de terra, embriões dos senhores feudais.

Os francos e Carlos Magno



Coroação de Carlos Magno.
Afresco de Rafael Sânsio, século XIV. Vaticano.

Aliado da Igreja Cristã, o Império Franco foi formado a partir da invasão de um povo germânico de mesmo nome, que se instalou em parte das atuais Bélgica, França e Alemanha. Divididos em tribos, acabaram unificados por Clóvis, o fundador do Império e que se converteu ao cristianismo, firmando aliança com o papa.

Um guerreiro franco, Carlos Martel, é tido como o “salvador”

do cristianismo, ao vencer uma das mais importantes batalhas da história europeia, a de Poitiers, em 732, barrando o avanço dos muçulmanos, que então dominavam já a Península Ibérica (atuais Espanha e Portugal). Os francos deram imensas extensões territoriais ao papa, que os tinha como protetores nas disputas contra o Império Bizantino (antigo Império Romano do Oriente, que não re-

conhecia o papa de Roma como líder único do cristianismo) e os árabes muçulmanos.

Carlos Magno, cristão fervoroso (chegava a frequentar a igreja três vezes por dia), foi o senhor absoluto de um território que abrangia boa parte do antigo Império Romano do Ocidente. Aliás, Carlos Magno chegou a ser coroado “imperador romano” pelo Papa Leão III em pleno ano 800. O Império Franco fora herança, mas Carlos Magno o ampliou usando a espada, guerras e massacres. Foi fundamental para garantir a expansão do cristianismo entre os “bárbaros” pagãos — aqueles que desrespeitassem os preceitos cristãos poderiam ser condenados à pena de morte (e vários foram).

Para governar tão grande território, Carlos Magno, conforme o costume do *beneficium*, distribuía terra entre condes (que administravam os condados, uma divisão administrativa do império), marqueses (responsáveis pelas marcas, unidades de fronteiras encarregadas da defesa do Império) e barões (responsáveis por fortes em áreas estratégicas). Todos eram nomeados e deviam ser fiéis ao imperador, que mandava agentes

(*missi dominici*, “emissários do senhor”) percorrerem o território para descobrir e evitar abusos.

Numa sociedade de alfabetos, Carlos Magno não se preocupou em saber ler ou escrever, embora tenha apoiado as atividades intelectuais em mosteiros, possibilitando a transcrição e conservação de vários textos da Antiguidade. O Império, contudo, desmoronaria uma geração após a sua morte, em 814. O único herdeiro dele, Luís, o Piedoso, permaneceu no trono até 841, mas, ao morrer, seus filhos (netos de Carlos Magno) começaram ferrenhas batalhas, que exauriram os recursos do Estado. Por fim, o Império foi dividido pelo Tratado de Verdum (843), embora cada vez mais quem mandasse fossem os senhores de terra locais. A “feudalização” europeia continuava.



Carlos Magno (Carlos I), rei dos francos e dos lombardos (768–814) e sacro-imperador romano (800–814). Foi o mais destacado líder franco.

A defesa contra outros “bárbaros”, ladrões, assassinos, etc., também tornou-se “privada”, isto é, feita por milícias armadas ligadas a um poderoso senhor de terras. Para proteger-se dos inimigos, a Europa cobriu-se de castelos e fortalezas. Em vez de um sistema de proteção maior, a defesa, como o poder político, fragmentou-se, tornou-se local e regional.

As sementes do feudalismo já estavam germinando.

Islamismo

Entre os grandes inimigos do cristianismo da Europa Ocidental, estava o islamismo, religião que fundamentou a criação do Império Árabe no século VII. O islamismo (submissão a Deus) é uma religião monoteísta, influenciada tanto pelo judaísmo como pelo próprio cristianismo. O fundador da religião e do Império foi Mohamed (ou Maomé), que teve um papel de líder político e religioso (na época, não havia uma separação entre política e religião, e as duas se confundiam — Jesus, por exemplo, também era um líder político e religioso).

Maomé nasceu em Meca, em 570. Na época, a Península Árabe não tinha unidade política, encontrando-se dividida em várias tribos politeístas. Órfão, Maomé foi criado por um tio negociante. Ao acompanhá-lo nas viagens pelo Oriente Médio, Maomé teria sido influenciado por cristãos e judeus.

Maomé teve uma vida normal até os 40 anos de idade (chegou mesmo a casar-se com Khadija, pessoa muito importante em sua vida e que sempre o apoiaria). No ano de 610, porém, teria tido uma experiência que mudou sua vida e a do mundo árabe: foi o que ficou conhecido como a *Noite do Destino*, em que o Anjo Gabriel teria lhe aparecido e incumbido-o de pregar a existência de um único Deus (*Alá*, em árabe), ao qual todos deveriam se submeter.

Daí em diante, começou a pregar em Meca, conseguindo vários adeptos, embora sendo hostilizado pelas elites da cidade. Meca era um centro de peregrinação religiosa para onde os árabes se dirigiam com o pro-

O Profeta nasceu em Meca, numa família de mercadores.





Maomé propagou a crença num Deus único entre os árabes. Quadro de Grigory Gagarin.

pósito de cultivar as imagens de seus vários deuses, o que dava muita renda aos comerciantes locais. Ante as zombarias e até agressões aos muçulmanos (os *convertidos* — outra expressão pela qual são co-

nhecidos os islâmicos), o profeta Maomé decidiu deixar Meca em 622, refugiando-se em lastreb (atual Medina). Esse fato é conhecido como *Hégira* e marca o início do calendário muçulmano — eles têm um outro calendário ainda hoje e contam os dias em função da rotação da Lua. Para saber qual o ano islâmico, há a seguinte fórmula matemática: do ano cristão, deve-se diminuir 622 e dividir o resultado por 0,97.

Em lastreb, Maomé conseguiu o apoio das classes dominantes locais (rivais de Meca e que logo se converteram ao islamismo), formando um poderoso exército. Daí em diante, começaram vários confrontos armados, saindo as forças de Maomé vitoriosas. Por fim, em 630, Maomé regressou a Meca,

derrotando aqueles que o haviam expulsado anos antes. Habilmente, o Profeta perdoou a todos, conquistando a simpatia de milhares de pessoas e novos seguidores para a nova religião. Em 632, Maomé faleceu, mas lançara as bases da formação do Império Árabe. Em pouco tempo, a Península Árabe se uniu em torno do islamismo, então liderado pelos califas (*sucessores*, em árabe, do Profeta).

Unidas, as elites árabes lançaram-se numa política expansionista, fazendo guerra em nome da *jihad* (que significa, a rigor, *esforço para difundir o islamismo*, e não *guerra santa*, como é mal traduzida muitas vezes no Brasil). Conquistaram parte da Ásia, o norte da África e parte da Europa — no caso, a Península Ibérica (Espanha e Portugal), sendo barrados apenas em 732 pelos francos de Carlos Martel, na Batalha de Poitiers.

Um fato importante para o domínio árabe foi a tolerância para com os conquistados, respeitando as culturas e religiões destes. O islamismo, contudo, era tido como um perigo para o cristianismo, daí a postura de confronto, como se viu nas cruzadas do século XI, quando exércitos ocidentais atacaram o Oriente Médio em nome de Jesus.

5

O feudo e o trabalho servil

Mais ou menos no final do século IX, o feudalismo, como o conhecemos, estava estruturado na Europa Ocidental. A palavra *feudal* vem de *feodum*, expressão de origem germânica que significa *um direito ou um bem dado a alguém em troca de fidelidade e obrigações*. Esse direito ou esse bem receberam o nome de **feudo**, sinônimo de *benefício*, sendo geralmente uma grande extensão de terra, pois esta era a principal riqueza naquela sociedade que se estruturara ao longo dos séculos.

Nem sempre, porém, o feudo era terra — poderia ser o direito de cobrar pedágio numa estrada ou numa ponte de um rio; poderia ser um cargo remunerado (como ser cozinheiro, por exemplo) e até certa quantia

paga periodicamente em moedas (apesar de reduzido, o dinheiro não sumiu por

completo), sementes ou cabeças de gado. Contudo, era o feudo

enquanto terra o mais valorizado. Era com base na terra

que se estabeleciam, por exemplo, as relações de **su-**

serania e vassalagem entre

as elites feudais: um nobre, para obter fidelidade e obrigações de um outro, **dava-**

-lhe o feudo. O que doava o feudo era, por isso, chamado de **suserano**,

e quem o recebia era o **vassalo**.

No feudo se concentrava a produção econômica, basicamente agrícola.



A palavra *feudo* surgiu em fins do século IX, aproximadamente, e correspondia às velhas *villas* de Roma e às terras concedidas pelo *beneficium* dos germânicos. Era ali que se concentrava a produção econômica. A Europa, dessa forma, encontrava-se dividida em feudos, cujos tamanho, organização e relações entre seus moradores variavam muito, apesar de terem algumas características semelhantes. Em geral, o feudo apresentava três áreas principais: **manso senhorial**, **manso servil** e as **terras comuns**.

O **manso**, ou **domínio senhorial**, abrangia as terras mais férteis do feudo (que **não** eram cultivadas pelo senhor feudal, pois ele era o guerreiro, “defensor da sociedade”; quem trabalhava eram os servos), o castelo (onde morava o senhor), as construções variadas do senhor (forno, moinho, forja, estábulos, etc., que o servo poderia usar pagando a *banalidade*), a capela e a aldeia. Ainda que existissem até cidades nos feudos, sua importância era praticamente nula até o século XI, mesmo porque a maior parte das pessoas morava nas aldeias e nos castelos dos mansos senhoriais.

Detalhes de um castelo medieval



1. Torre de flanqueio; 2. Torre de homenagem; 3. Muralha; 4. Pátio; 5. Atalaia, ou torre de vigia; 6. Cozinha externa; 7. Portão de entrada com ponte levadiça; 8. Poço.

O **manso servil** compreendia as terras arrendadas aos servos. Cada família recebia um lote (chamado de *manso*, ou *tenência*) formado por terras não contínuas, isto é, o lote era dividido em faixas de terras dispersas pelos campos de plantio. Assim, um camponês tinha, em cada campo, uma faixa de cultivo. Cada faixa poderia ter produções agrícolas diferentes (aveia, trigo, cevada, etc.), e os camponeses alternavam a cada ano o que era produzido (num ano, cultivavam trigo numa faixa, cevada numa segunda faixa e deixavam uma terceira em “repouso”; no ano seguinte, plantavam cevada na primeira faixa e trigo na terceira, deixando a segunda em descanso e assim sucessivamente).



Desses lotes, os camponeses tiravam o sustento de suas famílias com trabalho pesado e demorado, que lhes permitia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Por ter onde trabalhar e ser “protegido” pelo senhor feudal, o servo deveria entregar a este parte da produção das tenências (era um imposto chamado *talha*) e prestar-lhe gratuitamente várias obrigações e serviços. Era o regime do **trabalho servil**.

O trabalho dos servos era trocado pela proteção e pela terra para plantar e morar.

Dessa maneira, o servo trabalhava dois ou três dias por semana no manso senhoril lavrando, colhendo ou semeando o solo; construindo estradas, pontes, castelos, etc.; como ferreiro, carpinteiro ou vendedor para o senhor; pescando, caçando, etc. — tudo isso sem pagamento algum. A essa obrigação de trabalho gratuito chamou-se **corveia**. Afora entregar parte da produção e prestar serviços, os servos pagavam ainda (em espécie, ou dinheiro) pelo uso da terra do feudo (*censo*), pelo uso de instrumentos do senhor (como o forno para produzir pães), pela conservação da capela do feudo (*tostão de Pedro*, pago à Igreja), por casar-se (*formariage*), pelo direito de continuar a usar a terra após a morte do pai (*mão-morta*) e por inúmeras outras obrigações, que ampliavam sempre a renda dos senhores feudais e a miséria dos camponeses.

O camponês, então, era um escravo? Não, não era. No feudalismo, o sistema de trabalho era o **servil**, com origem no antigo *colonato* de Roma, como vimos. O escravo, em Roma ou no Brasil, no sentido que atribuímos, em regra, não ficava com parte da produção para si nem era

As mulheres trabalhavam ao lado dos homens na dura rotina medieval.



dono de nada. O servo ficava com parte do que produzia ao usar a terra, sendo proprietário dos instrumentos de trabalho (arado, foice, ancinho, etc.) e possuía um lar e uma família. O escravo poderia ser comprado ou vendido conforme a vontade de seu dono — o servo não podia ser vendido; o senhor feudal poderia até transferir a posse do feudo a outra pessoa, mas, para o servo, isso significava apenas que teria um novo senhor. O servo estava ligado à terra em que vivia, não podia ser expulso dela, o que lhe dava certa segurança, coisa que o escravo não tinha.

Naquele mundo de medo e insegurança, essas “garantias” eram preciosas para as pessoas. Por vezes, ocorria de pessoas livres, mas arruinadas por um motivo qualquer, sem terra, lar ou comida, oferecerem-se a algum senhor como servos. Outras vezes, pequenos proprietários, por estarem falidos ou sendo pressionados pelos senhores feudais ou também em busca de proteção, acabavam entregando suas posses e entrando em relações de dependência com a aristocracia — essa é uma das origens dos chamados **vilões**, servos com privilégios, pois tinham menos obrigações, e os deveres que assumiam eram precisos e leves, não podendo ser alterados ao bel-prazer dos senhores, e até podiam deixar a terra quando desejassem. Falaremos mais adiante sobre a vida dos servos.

Por fim, a última parte dos feudos eram as **terras comuns**, ou **comúnia**, que continha os pastos e bosques (geralmente as áreas mais distantes do feudo), de uso coletivo e que poderia representar um complemento à diminuta produção dos servos. Ali se poderiam encontrar frutas silvestres, alimentos para os animais e madeira para lenha e construções. Os peixes dos rios também eram complemento, bem como o mel, usado como adoçante, e a cera, utilizada na fabricação de velas.

6

A economia feudal

Economicamente, o feudalismo estava centrado na agricultura, pois havia uma sociedade agrícola na qual quase toda a população vivia do cultivo de grãos (e da criação de animais), direta ou indiretamente.

Pela precariedade dos meios técnicos e conhecimentos, a produção era pequena, não raras vezes tendendo à subsistência, mal dando para as necessidades das comunidades.

Os instrumentos de trabalho eram simples e rudes, não havendo qualquer estímulo às inovações; afinal, para que produzir mais se o senhor feudal, no fim,



A técnica precária e baixa produtividade marcaram o feudalismo.



O comércio mantinha certa importância no feudalismo. Biblioteca Medicea-Laurenziana, Florença.

acabaria se apropriando do excedente através de um novo imposto ou algo parecido?

Daí, repetimos, a vida do homem feudal era precária, e qualquer distúrbio natural (seca, enchentes, pragas, etc.) ou mesmo humano (guerras, trabalho insuficiente, etc.) poderia provocar períodos de fome e carência.

Lógico que existiam outras atividades econômicas, como o artesanato. Havia artesãos ambulantes que percorriam as regiões em troca de casa, comida e dormida ou algumas moedas, e existiam muitos camponeses que eram também artesãos, produzindo para a comunidade em que viviam e para seus senhores, usando normalmente matérias-primas locais (couro, lã, ossos, madeira, ferro, etc.), dos próprios feudos.

Produzindo (ou melhor, mal produzindo) o que consumia a partir da agricultura e obtendo o que usava no artesanato, a sociedade feudal tinha uma **tendência à autossuficiência**. Com base nisso, durante muito tempo, os historiadores pensaram que o comércio inexistia ou era muito modesto no feudalismo (afinal, em tese, só se negocia o que é excedente ao consumo ou às necessidades locais).

Hoje, contudo, novas pesquisas mostram que o comércio mantinha certa importância, sim, na sociedade feudal, apesar de irregular e de variar sua intensidade conforme as regiões. É verdade que aconteceu uma escassez de moedas (devido à pequena circulação, à tendência ao entesouramento das elites e à miséria da massa), mas o comércio nunca desapareceu.

Alguns produtos, como o sal, que apenas era encontrado em certos locais, só poderiam ser obtidos pelo comércio. Além desse comércio maior entre regiões da Europa, existia um comércio local, pois os camponeses poderiam levar à feira do povoado ou das poucas cidades mais próximas o seu pequeno excedente produtivo (o que “sobrasse” da produção) para vender a um mercador, podendo comprar, por outro lado, alguma produção artesanal. Havia ainda um comércio, pequeno, é verdade, de objetos de luxo importados do distante Oriente e consumidos pelas elites feudais. Na Baixa Idade Média, a partir do século XI, o comércio aumentaria bastante, no chamado *renascimento comercial*.

7 Política

Se havia uma centralização do poder político no Império Romano, tal poder se fragmentou com o feudalismo. Com o fim do Império Romano, as invasões “bárbaras”, as práticas de origens germânicas (a exemplo do *beneficium* e *immunitas*), e a divisão do Império Carolíngio, cada vez mais o Estado foi perdendo suas funções públicas. Ao mesmo tempo, com a valorização econômico-social da terra, seus detentores passaram a exercer, em seus domínios, poderes políticos antes do Estado. Esses senhores, por sua vez, em relações pessoais com outros elementos das elites (como as relações de suserania e vassalagem, citadas antes), repartiam novamente as terras e os poderes, levando a uma pulverização do mapa político da Europa Ocidental numa infinidade de pequenos territórios, verdadeiros microestados.

O poder político ficou **descentralizado**. Em cada feudo, o senhor feudal impunha sua lei aos habitantes, cobrava impostos, julgava, punia, formava grupos militares, defendia a terra, etc. Bom ressaltar que formalmente, em teoria, ainda havia monarquias, com reis apresentando poderes sobre seus súditos — a rigor, todos eram vassalos do rei, o suserano máximo, o “mais poderoso senhor feudal”. Acreditava-se mesmo, à época, que o monarca tinha caráter sagrado, sendo

■ O Estado era fraco na Idade Média, prevalecendo as relações de fidelidade mútua.



Rex Dei Gratia, "rei por graça de Deus", tendo mesmo poderes para curar certas doenças apenas pelo contato de suas mãos.

Mas, por outro lado, o rei, sendo suserano, tinha obrigações para com os vassallos. Na prática, reconhecia os poderes locais dos senhores feudais, não tendo o poder político direto sobre os territórios e a população. O rei constituía-se mais um senhor feudal. Portanto, podemos dizer que o rei e o Estado não desapareceram por completo com o feudalismo. Eram, contudo, frágeis, muito fracos. Apenas na crise do feudalismo, na Baixa Idade Média, os reis voltaram a se fortalecer, assumindo novamente o papel de soberanos.

Iluminura de manuscrito medieval que ilustra como estava hierarquicamente dividido o poder feudal, o alto clero, no topo; o rei e os nobres, no centro e o povo e o baixo clero, na base. Autor desconhecido, primeira metade do século XV.



8

As ordens feudais

A sociedade feudal dividia-se em ordens (*ordos*), isto é, repartia-se em grupos sociais, sendo a posição dos integrantes determinada desde o nascimento, apresentando-se quase inflexível, ou seja, era rara a possibilidade de mobilidade social (de alguém mudar de grupo). Tal sociedade era justificada pela mais poderosa e influente instituição feudal, a Igreja Cristã/Católica, para a qual, apesar das divisões, havia uma sociedade una, visto que cada ordem cumpria um papel conforme a vontade de Deus — daí a famosa frase formulada no século XI por um bispo chamado Adalberon de Alon: “Trina é, pois, a casa de Deus, que se crê una [...]: uns rezam [o clero], outros combatem [os senhores feudais], outros ainda trabalham [os servos]; os três grupos estão juntos e não suportam ser separados; de forma que, sobre a função de um, repousam os trabalhos dos outros dois, todos, por sua vez, entreatajudando-se”. A rigor, o que tínhamos eram duas classes sociais: a camada dominante, composta dos senhores feudais (igualmente chamados de nobreza ou de aristocracia), que poderiam ser eclesiásticos, isto é, membros da cúpula da

A sociedade feudal: clero, nobre e servo.





O senhor feudal se apropriava de parte da produção dos servos, o que poderia provocar revoltas populares.

Igreja Cristã (aqueles que “rezavam”), ou leigos (aqueles que “combatiam”: reis, príncipes, barões, condes, viscondes, duques, cavaleiros, etc.). Do outro lado, tínhamos a camada dominada e explorada (os que de fato trabalhavam), composta de servos, camponeses em sua maioria.

Aquela divisão da sociedade em três ordens, obviamente, era de agrado da classe dominante, pois

preservava seus interesses, privilégios e sua posição social, afinal “o mundo e as ordens teriam sido estabelecidos por Deus, não devendo, pois, ninguém questionar a vontade do Criador”. As elites admitiam que havia desigualdade, mas achavam que isso era necessário, da mesma forma que a obediência de todos àquela divisão social, para manter a sociedade funcionando, pois os “cristãos tinham um só coração, formavam um só corpo, com cada membro tendo sua função perante Deus”.

Dessa forma, a desigualdade social era justificada por uma “troca de serviços” entre as ordens: os clérigos rezavam para afastar as “forças do mal” e trazer a graça de Deus para os homens; a nobreza lutava para proteger a sociedade cristã dos infiéis, hereges e pagãos (muçulmanos, vikings, magiares, etc.); e, por fim, os servos, que trabalhavam para o sustento de todos.

Logicamente, as coisas não eram assim tão organizadas e acomodadas como as classes dominantes desejavam. Ocorreram, sim, muitos distúrbios e ordens com outras funções. Os servos, diante da pobreza e miséria, por vezes se rebelavam contra aquela sociedade (e eram massacrados pela nobreza, com apoio da Igreja). Os clérigos não só rezavam, mas igualmente dominavam a educação, a arte, a assistência aos desvalidos, a caridade aos pobres e até a produção econômica, pois a Igreja, “em nome” dos santos, era dona de inúmeros feudos. Existiam mesmo clérigos que desempenhavam as três funções (orar, combater e trabalhar) ao mesmo tempo. Os nobres não apenas guerreavam, mas eram também juízes, administradores e mesmo integrantes da Igreja. Quanto aos trabalhadores... Bem, em relação a estes, a coisa era correta, pois eles realmente laboravam, mudando apenas o tipo de atividade (agricultura, artesanato, etc.).

Vamos ver nas páginas seguintes com mais detalhes as muitas funções e relações desses integrantes das ordens feudais.

9

A igreja cristã medieval

De religião perseguida, o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano no decorrer do século IV. As religiões pagãs foram proibidas e, por fim, perseguidas pela nascente Igreja Cristã em aliança com o Estado (apesar de muitas práticas pagãs continuarem a ser realizadas pelas populações). Mesmo com o desmoronar daquele Império, a Igreja Cristã se manteve como instituição poderosa, cuja influência apenas cresceu ao longo da Idade Média. Não se pode pensar em feudalismo sem levar em conta a Igreja, que impunha a todos os valores cristãos, justificando aquela sociedade.

■ A Crucificação e a posterior ressurreição de Jesus Cristo são dois pontos fundamentais dentro da religião cristã.



Graças a doações, esmolas, dízimos e isenções de impostos, a Igreja apresentava **gigantesco poder econômico**, representado por bens móveis e imóveis, como terras, muitas terras. E já vimos que terra é a base da riqueza no feudalismo. Santo Agostinho, famoso teólogo cristão, dizia que todo homem de bom coração, ao fazer seu testamento, deveria deixar para a Igreja “a parte de um filho”. Calcula-se que, no século IX, a Igreja possuísse um terço das terras cultiváveis da Europa Ocidental.

A posse dos feudos gerava mais riquezas para a Igreja, pois os servos daquelas terras tinham que, como nos feudos dos senhores feudais leigos, prestar serviços e pagar inúmeros impostos. Assim, bispos e abades situavam-se na estrutura do feudalismo da mesma forma que um conde ou um barão e não eram melhores ou mais piedosos que estes na exploração dos camponeses.

Para garantir o patrimônio, evitando sua divisão, a Igreja foi impondo, aos poucos, o **celibato sacerdotal** (a regra de que nenhum sacerdote pode se casar). Em outras palavras, uma das razões pela qual se proibia (e se proíbe até hoje) o casamento de padres estava no fato de os chefes da Igreja Cristã não desejarem perder qualquer porção de terra mediante herança aos filhos dos sacerdotes. Assim, ao falecer, o patrimônio de um sacerdote ficava todo para a Igreja, e, mesmo que tal sacerdote, “por fraqueza humana”, tivesse filhos, estes não ficariam com nada, pois o direito medieval não reconhecia filhos ilegítimos nem lhes dava qualquer parte da herança paterna.

O celibato se constituía, por outro lado, um problema para a Igreja, afinal, em virtude dele e, ao contrário das demais camadas da sociedade, o clero não podia se **autorreproduzir**. A Igreja via-se, então, obrigada a buscar seus novos membros na nobreza, atraindo, não raras vezes, indivíduos com mais interesses pela riqueza e fartura da vida sacerdotal que por razões de fé, o que ajuda a entender as várias distorções do clero da Idade Média. No feudalismo, apenas os filhos mais velhos herdavam os feudos, de modo que muitos viam no clero uma forma de obter prestígio e riqueza. Portanto, muitos membros da Igreja estavam ligados, por origem, à nobreza, apresentando logicamente os mesmos interesses.

O poder papal era supremo diante das tentações do diabo.



A Igreja igualmente apresentava, como era de se esperar, **grande força espiritual** na Europa feudal, na medida em que “monopolizava” Deus, isto é, a Igreja Cristã seria a única e legítima representante de Deus na Terra, realizando toda e qualquer intermediação entre os homens e o Criador. Dessa forma, somente o clero poderia praticar os rituais da missa, perdoar os pecados, impor as penitências, celebrar a eucaristia, etc. A Igreja era o único “caminho” para Deus. Sem ela, não havia salvação. Todos, portanto, deveriam obedecer a ela.



Nesse sentido, o que os clérigos pregavam tinha imensa importância para as pessoas. Se a Igreja dizia que era normal aquela sociedade em ordens desiguais e injustas, que todos deveriam ser pacíficos e humildes, que o importante era a vida pós-morte e a salvação eterna, que o reino dos céus era dos pobres e sofredores, por que questioná-la?

Lembremos também que o racionalismo da Antiguidade **greco-romana** foi quase que completamente superado na Idade Média. Na verdade, mesmo na Grécia e em Roma, o racionalismo era limitado a uma elite urbana e intelectual. A massa, em geral, era mística, supersticiosa e religiosa. Com a lenta crise e o fim do Império Romano e as angústias medievais, o racionalismo desmoronou diante da fé; afinal, as pessoas preferiam ouvir as mensagens cristãs de reconforto espiritual à “fria” razão greco-romana.

Dessa forma, imperava na Europa medieval uma mentalidade de que o mundo **só poderia ser entendido pela fé**. O mundo só tinha sentido com Deus e através da Igreja. A razão ou qualquer coisa que saísse da concepção cristã de vida não passaria de tentações do diabo, uma falsa sabedoria que afastava os homens da verdade. O homem se via no centro de um combate entre o bem e o mal, jogando seu destino (a salvação) entre um Deus todo-poderoso que tudo via e de tudo sabia e um demônio sempre presente e sedutor. Para o homem medieval, as tentações do anjo do mal e o medo de pecar eram realidades palpáveis.

■ O medo da morte, do pecado e de ir para o inferno atormentava o homem medieval.

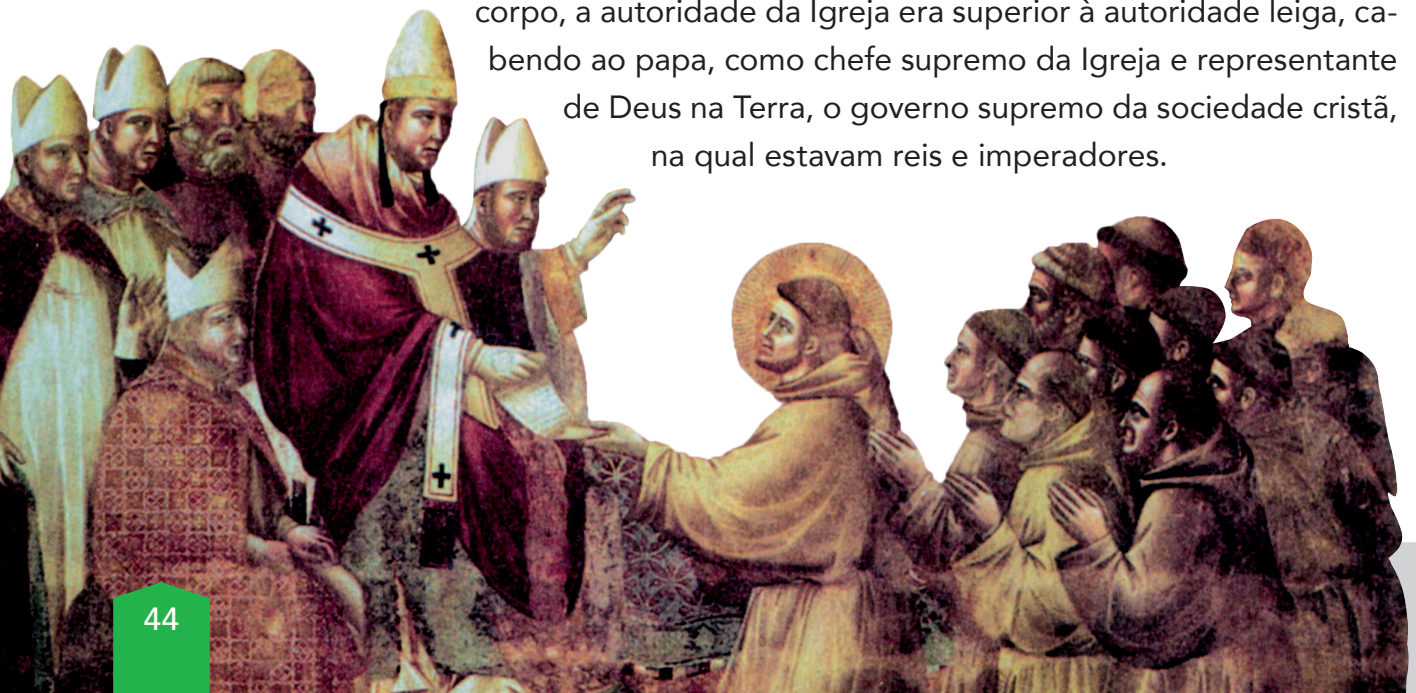
Havia um sentimento de culpa e uma angústia diante da morte, do sexo, da possibilidade de ir para o inferno. Combater o mal e o diabo era uma necessidade constante. Mas, para isso, o homem precisava colocar seu destino nas mãos de Deus, no mais puro fatalismo.

Para mostrar a fidelidade ao Criador e ganhar as recompensas celestiais, as pessoas enfatizavam determinadas ações, de modo que o ritualismo (ou seja, uma excessiva preocupação com os aspectos formais, exteriores, da religião) passou a crescer no cristianismo. Assim, por exemplo, **constituía-se** falha gravíssima um cristão não comparecer aos domingos à missa, embora, dentro do templo, quem sentasse atrás ou ficasse em pé muitas vezes não conseguisse ouvir ou ver nada do que se passava no altar.

Ao lado dos poderes econômicos e espirituais (e confundindo-se com eles), a Igreja Cristã apresentava ainda **grande força política**, influenciando e, não raras vezes, impondo sua vontade a reis e senhores feudais. Diante da descentralização política medieval, a Igreja Cristã, com sua estrutura hierarquizada, era a única instituição **universal** no continente, ou seja, estava presente por toda a Europa (afinal, em cada feudo, vila, cidade, etc., geralmente havia capelas e sacerdotes), defendendo, obviamente, os pontos de vista de sua cúpula dirigente — não havia fronteiras para a vontade do papa, considerado como líder máximo, inquestionável e infalível.

Essa autoridade papal era confirmada pelas cerimônias de sagração dos governantes (possibilitando-lhes governar em nome de Deus) e por teoria sobre o poder político, como a *Teoria dos Dois Gládios*, que afirmava haver no mundo dois poderes (gládios), o temporal (o poder dos reis) e o espiritual (da Igreja). **O gládio temporal** governava os corpos, enquanto **o gládio espiritual** governava as almas — como a alma era superior ao corpo, a autoridade da Igreja era superior à autoridade leiga, cabendo ao papa, como chefe supremo da Igreja e representante de Deus na Terra, o governo supremo da sociedade cristã, na qual estavam reis e imperadores.

Todos deviam obediência e lealdade ao papa, inclusive São Francisco, que, ao criar sua irmandade, foi até Roma para conseguir uma audiência.



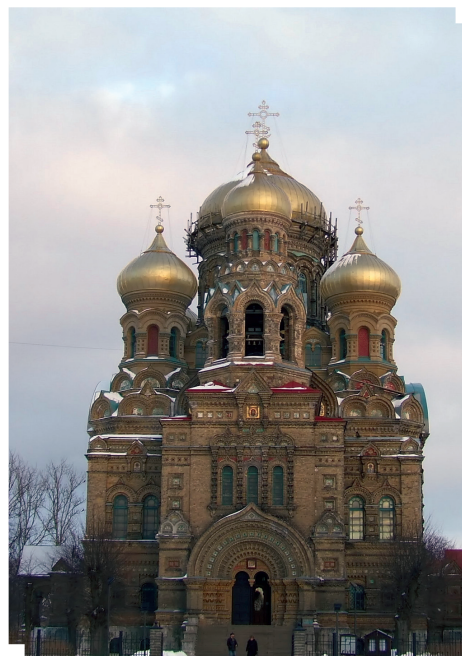
Cisma do Oriente

Enquanto, na Europa Ocidental, o papa era inquestionável, o mesmo não se verificava na porção oriental, correspondente ao Império Bizantino, que, usando de guerras, subornos e diplomacia, resistiu às invasões “bárbaras”. Ao contrário, ali se questionava a liderança do papa de Roma sobre a cristandade. Na verdade, em Bizâncio, a Igreja Cristã estava submetida ao poderoso Estado, no que ficou conhecido como **cesaropapismo** (ou seja, o imperador bizantino era chefe do governo e da Igreja).

Tal disputa pela liderança dos cristãos gerou debates e polêmicas acirradíssimas, que, porém, escondiam-se atrás de divergências aparentemente teológicas. Uma dessas divergências teóricas mais acaloradas foi a da *iconoclastia*, ou seja, adoração de imagens — os bizantinos não aceitavam o culto das imagens, visto como uma idolatria, enquanto o papa de Roma aceitava (a venda de imagens era uma excelente fonte de renda).

O resultado dessa e de outras divergências foram excomunhões recíprocas (isto é, a revoga-

ção do batismo e a condenação em vida ao inferno) e a ruptura definitiva entre as igrejas cristãs do Ocidente e Oriente em 1054, surgindo, daí, a Igreja Católica Apostólica Romana, liderada pelo papa de Roma, e a Igreja Ortodoxa, comandada pelo patriarca de Bizâncio (e submissa ao imperador bizantino). Até hoje essa divisão continua, e vários povos europeus, como gregos, sérvios, búlgaros, romenos, russos, entre outros, são cristãos ortodoxos. A palavra *ortodoxa* foi adotada no sentido de *primeira, verdadeira*, a única igreja a ser fiel a Deus e à Bíblia, a “doutrina reta”.



Igreja Ortodoxa em Liepaja.
– O Cisma do Oriente rachou o cristianismo.



Os monges copistas contribuíram para a preservação de várias obras da Antiguidade.

Além disso, os clérigos poderiam dirigir e influenciar as atividades culturais, jurídicas e políticas do período, na medida em que estavam entre os poucos que sabiam ler e escrever na Idade Média, pois imperava o analfabetismo (aqueles que não sabiam ler ou escrever eram chamados de *idiotas*), e a instrução e educação formais estavam sob o controle da Igreja, que fixava as diretrizes pedagógicas, fundava escolas ou apresentava padres como professores. As poucas bibliotecas existentes encontravam-se nos mosteiros, sendo as obras preservadas e, não raras vezes, alteradas pelos chamados *monges copistas*. Era comum que os senhores feudais e reis mantivessem a seu lado um sacerdote como secretário, chanceler, mentor, etc. ou pelo menos ouvindo-o ou consultando-o quando de decisões importantes.

Dessa forma, reforçando os ensinamentos cristãos nas missas, dominando as crenças e a moral dos indivíduos, controlando o sistema de ensino, influenciando nas administrações, vigiando o que se passava nas comunidades através das confissões, a Igreja apresentava um poder quase absoluto na Idade Média.

A expansão viking



Eles não usavam elmos com chifres de boi nem eram guerreiros estúpidos, como o cinema e a televisão gostam de apresentar. Originários da Escandinávia (Suécia, Noruega, Dinamarca), os *vikings* foram grandes conquistadores, atacando e dominando partes da Europa e das Ilhas Britânicas entre os séculos VIII e XI. Apresentavam, de fato, um caráter guerreiro (seus exércitos eram bem organizados e de qualidade e realmente saqueavam e pilhavam cidades e outros povos), no entanto tinham uma sociedade complexa, com

cidades prósperas, sistema de leis eficiente, dinâmico comércio e conhecimentos técnicos avançados para a construção de barcos. Suas façanhas como navegantes são bastante lembradas — teriam mesmo chegado à América (Canadá) por volta do ano 1000, cinco séculos antes de Colombo, a partir da Groenlândia.

Os *vikings* foram fundamentais para a formação dos britânicos. Montaram assentamentos na Escócia, Irlanda e Inglaterra no século VIII, miscigenando-se com as populações locais. Nas batalhas, os

A expansão do povo viking. Estes apresentavam uma sociedade complexa.

guerreiros *vikings* usavam lanças, machados, escudos circulares de madeira, cotas de malha e espadas longas — portavam capacetes, sim, mas sem chifres (esta é uma criação artística do século XIX, sobretudo das óperas, que tentavam retratar aqueles guerreiros como bárbaros e cruéis). Cultuavam divindades pagãs, como Thor e Odin, mas acabaram cristianizados ao longo dos séculos.

A palavra *viking* é o feminino de *vik*, que quer dizer *expedição guerreira feita pelo mar*. Os ataques que promoveram a outros locais da Europa, realizando saques, estupros e raptos dos inimigos (o que, obviamente, provocava pânico), possivelmente ligam-se à falta de recursos naturais e ao

crescimento da população da fria Escandinávia, reduzindo, dessa maneira, os espaços disponíveis — ali, dividiam-se em comunidades, vivendo da agricultura, da pesca e do comércio de peles, madeira, trigo, peixe, metais e escravos.

O aumento demográfico deve também ser associado à poligamia tradicional dos *vikings*, que gerava muitos filhos. Assim, em busca de riquezas de outros povos (especialmente do Reino Franco) ou de terras para viver (fundaram colônias na França, Alemanha, Holanda e Rússia), os *vikings* lançaram-se ao mar em aventuras em velozes barcos, os quais dominavam com maestria.

Os *vikings*, ao contrário do que muitos pensam, tinham sua própria escrita (alfabeto rúnico), tendo produzido poemas épicos, a exemplo do famoso *Beowulf* (virou até filme), que conta as aventuras de um herói homônimo que viaja à região onde hoje está a Dinamarca para enfrentar uma monstruosa criatura chamada Grendel. A obra é uma preciosa fonte para entender aquele povo, especialmente seu caráter guerreiro, capaz de se lançar à morte para defender o que achava correto.



Os vikings
levaram pânico
para a Europa
Occidental.

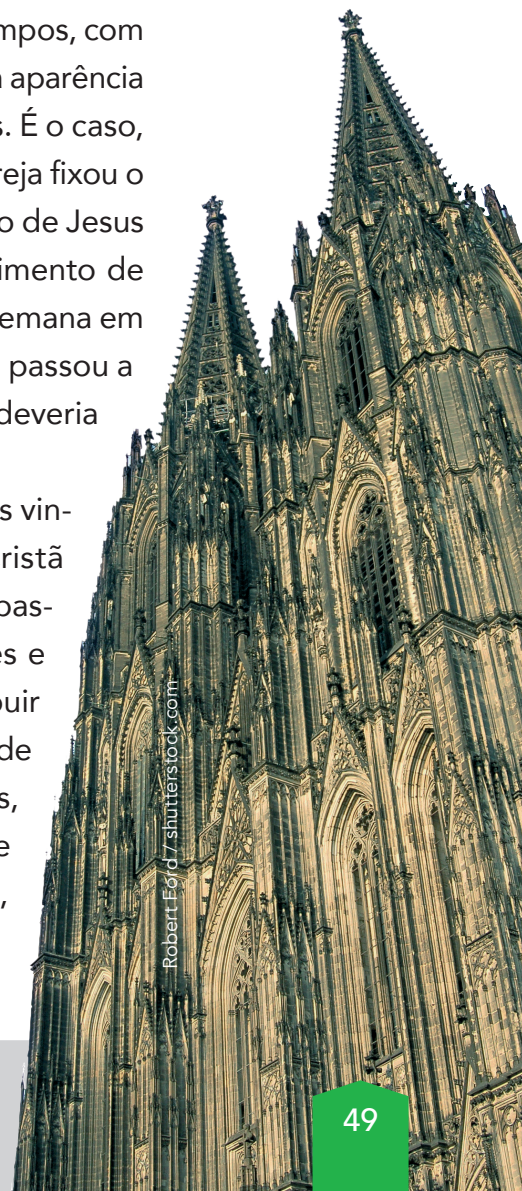
10

A mão
da Igreja

Para dominar **o coração e a mente** das pessoas, a Igreja apresentou também entes capazes de proteger os homens contra as “tentações do cão” e de **ajudá-los** nas dificuldades do cotidiano (saúde das pessoas, fertilidade dos solos e animais, prevenção contra catástrofes naturais, etc.), a exemplo de santos e anjos, remetendo, aliás, a uma antiga prática da Antiguidade (afinal, os gregos e romanos tinham já seus deuses da caça, da fertilidade, etc.). Por outro lado, práticas pagãs se misturaram com os rituais cristãos, atraindo a simpatia dos populares (acostumados, há tempos, com aquelas tradições) para a Igreja e dando nova aparência a elementos religiosos ainda hoje existentes. É o caso, por exemplo, do Natal: apenas em 336, a Igreja fixou o 25 de dezembro como a data do nascimento de Jesus (nessa data, antes, comemorava-se o nascimento de Mitra, um deus de origem persa). O dia da semana em que os pagãos cultuavam o “sol invencível” passou a se chamar *domingo*, “dia do Senhor”, que deveria ser um dia de descanso e de orações.

Não se pode negar que, apesar de suas vinculações com as elites feudais, a Igreja Cristã praticava obras de caridade e filantropia, bastante importantes para os pobres, carentes e miseráveis. A Igreja se esforçava em distribuir comida aos famintos, acolher órfãos, tratar de doentes. Também promovia festas religiosas, que serviam como momento de descanso e convívio social entre os homens medievais, suavizando o duro **dia a dia**.

■
Catedral de Colônia,
na Alemanha: a
arquitetura grandio-
sa mostra o poder da
Igreja.



Robert Foid / shutterstock.com

Inquisição



Um tribunal da inquisição em quadro de Francisco Goya.

Um dos instrumentos usados pela Igreja Cristã para manter sua doutrina e combater “infiéis” e “inimigos” de Deus foi o **Tribunal do Santo Ofício**, mais conhecido como **Santa Inquisição**. Durante 700 anos, a Inquisição propagou medo, perseguindo, torturando e matando judeus, muçulmanos, protestantes, bruxas, hereges (aqueles que discordavam dos dogmas, das “verdades cristãs”).

Nesta iluminura da Crônica de Ulrico Reichental, século XV, vemos Jan Hus sendo queimado vivo por defender as **ideias** de tradução da Bíblia para o inglês.



A Inquisição surgiu na Europa medieval, a partir do século XIII, num momento de mudanças da sociedade **européia**. Tais mudanças, obviamente, incomodavam setores da Igreja, que passou a ter cada vez mais um comportamento de intolerância em relação ao “outro”, aqueles que pensavam ou se comportavam de forma diferente. O importante era a salvação, de modo que qualquer desvio das normas poderia provocar a fúria de Deus, sendo isso, portanto, um perigo para toda a sociedade.

Dessa forma, para a Igreja Cristã, era seu dever, bem como de cada pessoa, denunciar e combater aqueles que se “desviavam da verdade divina”. Para a Inquisição, seu objetivo não era matar o “infiel” (na visão da Igreja, cada morte era um “fracasso”); a intenção seria obter a confissão, que dava acesso à misericórdia infinita do Todo-Poderoso e reintegrava o indivíduo aos preceitos cristãos. Obviamente, as vítimas da Inquisição não pensavam assim.

Os agentes da Inquisição, por outro lado, não agiam sós. Contavam com o apoio das demais autoridades. Em teoria, a Inquisição

não punia ninguém; ela apenas “pesquisava”, obtinha a confissão e entregava os condenados às autoridades civis para a devida punição, uma vez que a Igreja não poderia derramar sangue. A repressão da Inquisição se tornou mais visível após o Concílio de Latrão, em 1215, convocado pelo Papa Inocência III para resolver a questão da heresia dos cátaros (de *katharos*, *puros* em grego) ou albigenses (de Albi, cidade do sul da França onde se desenvolveu mais essa heresia).

Os cátaros, influenciados pelas antigas religiões da Pérsia (Irã), defendiam o desapego às coisas materiais, a **não existência** de inferno e a crença na existência de um deus do bem (criador do espiritual), que no fim dos tempos derrotaria um outro deus, o do mal, satanás (criador do material). Os cátaros diziam ainda que a Igreja havia se corrompido desde os tempos de Constantino e rejeitavam seus sacramentos. Essas **ideias** eram perigosas para as elites feudais e os clérigos (possuidores de muitas riquezas materiais), daí a necessidade da Igreja em reprimi-las. O papa, então, deu total liberdade para combater os cátaros. Data des-

sa época a criação da Milícia de Jesus Cristo, cujos membros pegavam em armas para defender a fé cristã. Os agentes da Igreja e demais cristãos fiéis reprimiram e perseguiram os cátaros pela Europa, num banho de sangue que massacraram milhares de pessoas nas primeiras décadas do século XIII, o que ficou conhecido como a *cruzada contra os albigenses*.

Em 1231, para dar prosseguimento à perseguição aos albigenses que haviam fugido e aos demais hereges, foi oficializada a Inquisição propriamente dita. Daí em diante, o terror aumentou entre os cristãos, afinal qualquer um poderia cair nas mãos



São Domingos foi enviado para combater as ideias dos cátaros.



Os cátaros denunciaram as contradições da Igreja e, por conta disso, foram perseguidos até a sua destruição total por exércitos financiados pelo Papa.

dos inquisidores. Eles visitavam os povoados, acompanhados de funcionários da justiça local, e convocavam as pessoas à igreja para confessar seus pecados e os de quem conheciam. Por outro lado, existiam espiões nas comunidades (os chamados *familiares*) vigiando a todos.

As penas variavam conforme a gravidade dos “crimes”, indo de advertências públicas, obrigação de fazer procissão a algum lugar santo, excomunhão, confisco de

bens a açoites e morte. No caso das execuções, elas aconteciam em cerimônias chamadas **autos de fé**, presenciadas por grande quantidade de pessoas, pois, após a morte dos “inimigos da fé cristã”, ocorria geralmente uma festança. Os “infiéis” que se arrendessem na hora da execução tinham a morte “piedosa” no garrote, isto é, eram estrangulados, tendo, a seguir, o cadáver jogado em fogueiras; aqueles que não pedissem perdão eram queimados vivos. A Inquisição entrou em decadência no século XV, sendo, contudo, reativada no século XVI, quando da Reforma Protestante, e durando até o século XVIII, com milhares de execuções, a maior parte, de mulheres.

A execução dos inimigos da fé cristã acontecia nos chamados autos de fé, presenciados por grande quantidade de pessoas.



11

As relações de suserania e vassalagem



As elites feudais se vinculavam por laços pessoais, com obrigações principalmente militares.

Como afirmamos antes, as relações sociais no feudalismo eram pessoais, homem a homem. Se a relação entre as camadas dominantes e dominadas, isto é, entre os senhores feudais e os camponeses, baseava-se na exploração, as relações entre as próprias elites eram fundadas na igualdade, num verdadeiro contrato feudo-vassálico que criava vínculos jurídicos e morais. Eram as chamadas relações de **suserania** e **vassalagem**.

Um nobre, o suserano, entregava um feudo a um outro nobre, o vassalo, sendo estabelecidas obrigações



e direitos entre ambos, que variavam conforme o local da Europa. O vassalo tinha a obrigação moral de ser fiel e nunca prejudicar o suserano, além de prestar-lhe auxílio militar quando necessário e contribuir financeiramente para o resgate do senhor (caso ele fosse capturado por inimigos), para a participação do suserano nas Cruzadas (exércitos cristãos, sobre os quais falaremos depois), para armar cavaleiro o filho do senhor e para a cerimônia de casamento da filha mais velha do suserano. Tinha ainda o dever de dar conselhos e opiniões sobre assuntos indicados pelo suserano e participar, algumas vezes por ano, do tribunal presidido por ele.



Se o vassalo não cumprisse suas obrigações, o suserano tinha o direito de tomar de volta o feudo, e, quando falecia o vassalo, seu filho mais velho (primogênito) poderia tomar posse do feudo e continuar a relação com o senhor (desde que pagasse uma taxa de transmissão, o chamado *relevo*). Já o suserano deveria, além de passar o feudo, defender o vassalo dos inimigos e contribuir, quando preciso, para alimentá-lo e alojá-lo.



Essa relação de fidelidade entre os senhores feudais era firmada numa cerimônia especial, composta de três atos. No primeiro (**homenagem**), o futuro vassalo se ajoelhava diante do futuro suserano, colocava as mãos nas dele e se “reconhecia” como “seu homem”. Depois, no segundo ato (**juramento de fidelidade**), o vassalo se punha em pé e jurava sobre a Bíblia ser fiel por toda a vida e beijava a face ou a boca do senhor; por fim, na última parte da cerimônia (**investidura**), o suserano entregava ao vassalo um objeto, um ramo ou um punhado de areia, etc., simbolizando o feudo ali concedido.

Entre as obrigações, as mais importantes, sem dúvida, eram as de caráter militar (lembremos que a Idade Média é um mundo de comba-

tes e guerreiros). O cavalo, a espada e o desejo de luta valiam mais que qualquer coisa. Para exemplificar isso, há um caso curioso ocorrido em 793, durante um ataque dos árabes a Conques (na atual França), quando um jovem nobre preferiu manter sua montaria a trocá-la por sua mãe, capturada pelos inimigos — os cavalos eram tidos como valiosos pela nobreza (a “ralé” andava a pé) e fundamentais numa batalha. A mulher foi trucidada na frente dos filhos.

O vassalo deveria ser, antes de tudo, o guerreiro, capaz de montar a cavalo, combater com espada, armadura e escudo. Daí a educação do futuro senhor feudal estar voltada para os exercícios físicos, o uso de armas e até mesmo o lazer, como as caçadas e os torneios de cavaleiros (tão famosos no cinema e na televisão). Fazer guerra não apenas para se defender de adversários, “bárbaros” ou salteadores, mas para reprimir os camponeses (sim, apesar do controle da Igreja, eles se rebelavam), aumentar as terras e riquezas, saqueando ou aprisionando inimigos visando exigir o pagamento de resgate.

Na página anterior: Clérigos, nobres e servos: a religião cristã como fundamento social.

Os cavaleiros

Militarmente, o feudalismo se baseava no cavaleiro, um especialista em guerras. Geralmente, era um nobre decadente, que não herdara os bens da família (no direito medieval, apenas o filho mais velho herdava), salvo os recursos necessários para obter as armas (espada, lança, escudo, armadura, etc.), as quais deveria manusear com destreza e coragem. A aquisição de armas, além de um bom cavalo, requeria muitos recursos. Para se ter **ideia**, o custo dos equipamentos militares era igual ao de



A lenda do Rei Artur foi uma constante entre os reis da Idade Média. Pintura de Charles Ernest Butler, 1903.

22 bois. Um camponês não tinha mais de dois para ajudar no trabalho agrícola.

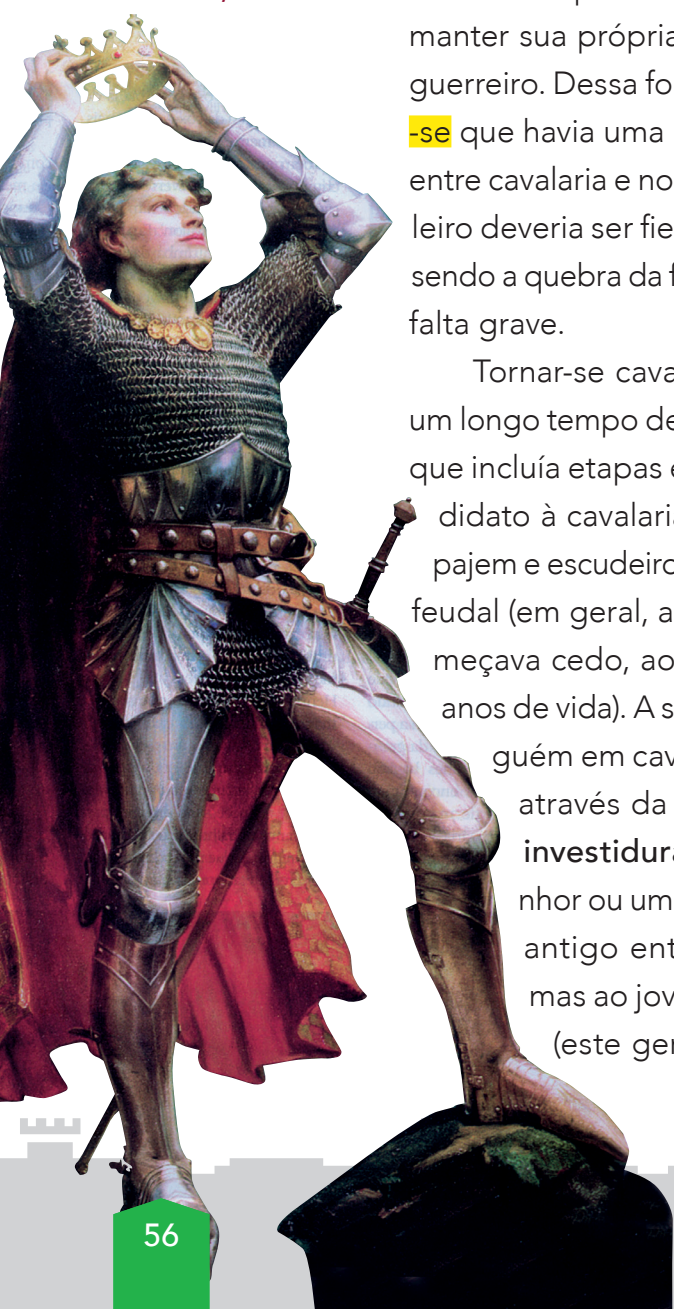
Havia casos de o cavaleiro possuir vastas extensões de terras, sendo mais comum, porém, que ele estivesse a serviço de um outro nobre. Um senhor feudal necessitava ter cavaleiros ou ser um para defender suas posses e conservar a ordem. O cavaleiro, por sua vez, precisava de terras ou de recursos para treinar, armar-se, manter sua própria condição de guerreiro. Dessa forma, **percebe-se** que havia uma íntima ligação entre cavalaria e nobreza. O cavaleiro deveria ser fiel a seu senhor, sendo a quebra da fidelidade uma falta grave.

Tornar-se cavaleiro requeria um longo tempo de aprendizado, que incluía etapas em que o candidato à cavalaria servia como pajem e escudeiro de um senhor feudal (em geral, a formação começava cedo, aos sete ou oito anos de vida). A sagração de alguém em cavaleiro fazia-se através da **cerimônia de investidura**. Nela, o senhor ou um cavaleiro mais antigo entregava as armas ao jovem candidato (este geralmente con-

tava entre 18 e 21 anos). Depois, chamava-o pelo nome, **tocava-lhe** com sua espada e dava-lhe um bofete no rosto — **aguentar** a pancada era uma forma de o jovem cavaleiro mostrar sua força e o compromisso de fidelidade.

Daí em diante, o cavaleiro estava preparado para cumprir sua missão: defender a Igreja, combater os infiéis e pagãos, fazer o bem, proteger os fracos, oprimidos, órfãos e as viúvas (principalmente se estas eram jovens e belas). A glória obtida por um cavaleiro com um “comportamento honrado”, vitórias em combates, façanhas em batalhas, etc., era mais importante que qualquer benefício material que viesse a receber. Entenda-se, contudo, que era a cavalaria um instrumento a serviço da ordem feudal, usando da força para conservar a sociedade opressora em que viviam os trabalhadores.

Na realidade, a cavalaria era a continuação da tradição dos “bárbaros” germânicos de uma elite de guerreiros. A visão germânica de considerar o guerreiro merecedor das maiores honras dentro da sociedade permaneceu praticamente por toda a Idade Média. A rigor, a Ordem da Cavalaria surge por volta do século VII,



tendo o apogeu nos séculos XI e XII (quando a Igreja lhe conferiu um caráter quase sagrado) e entrando em decadência no século XIV, quando a “arte da guerra” se modificou na Europa com o aparecimento das armas de fogo e da pólvora (o cavaleiro, assim, tornou-se ultrapassado).

A partir daí, o cavaleiro se tornou uma figura muito mais vinculada aos torneios que às guerras de verdade. Tais torneios eram muito populares na Europa (sua origem data possivelmente do século X), servindo como evento social ao atrair multidões e como competição para os cavaleiros. Ao longo

dos séculos, mudaram. Como a Igreja, de início, os condenou pela violência e quantidade de mortes, passou-se, depois, a usar armas cegas nas disputas. Os cavaleiros competiam individualmente ou em equipe, e as regras eram simples: vencia quem derrubasse o adversário com uma lança.

Os feitos reais ou imaginários da cavalaria medieval inspiraram romances épicos, canções populares, o teatro, o cinema, a televisão. É o caso, por exemplo, das famosas lendas do Rei Artur, escritas no século XII, ainda hoje repercutidas.

Bom observar que o vassalo poderia entregar o feudo, ou parte dele, a outro senhor feudal, tendo dessa forma seus próprios vassalos. Estes, por sua vez, poderiam agir da mesma forma, criando uma teia de contratos feudo-vassálicos, em que quase todos os senhores feudais eram ao mesmo tempo suseranos e vassalos de alguém. Apesar disso, as obrigações só eram válidas para os dois que estabeleciam o contrato, não envolvendo terceiros. Vamos explicar isso com calma. Suponhamos que o nobre Y, suserano, precisando de guerreiros, passa um feudo ao nobre X, vassalo. O nobre X, por sua vez, poderia estabelecer uma relação com o senhor feudal Z, entregando-lhe o feudo ou parte dele. Assim, percebe-se, X, que era vassalo de Y, torna-se suserano de Z. O nobre Z também poderia entregar o feudo para um outro elemento, K, virando suserano deste e sendo ao mesmo tempo vassalo de Y. Era como uma escada, em que cada degrau funcionava como a ligação entre os

senhores feudais. Entretanto, as obrigações e os deveres só valiam para o degrau imediatamente acima ou abaixo. Assim, no nosso exemplo, Z devia obediência apenas a X, e não a Y; já o senhor K tinha obrigações apenas com Z, e não com X e Y, e assim sucessivamente.

Vale lembrar que um senhor feudal poderia possuir vários feudos, passando épocas do ano neles. Além de caçar, treinar e guerrear, os nobres e outros grupos sociais tinham como um dos entretenimentos mais apreciados a realização de banquetes, com farta comida e bebida. Quase sempre realizados à noite e bancados pelas elites, os banquetes reuniam amigos e parentes para comemorar alguma graça alcançada ou celebrar alguma data importante, como o Natal. Após agradecer a Deus, os presentes se deleitavam, sobretudo com carnes assadas.

A família medieval



Os laços de sangue não eram fundamentais para o que se entendia como “família” na Idade Média. Aqui, vemos uma cena cotidiana de uma família abastada.

Na Idade Média, a palavra *família* tinha um significado diferente do atual: queria dizer o conjunto de servos ou dependentes que se encontravam no feudo de um senhor ou ainda os moradores de um mosteiro ou ainda os que pagavam impostos à Igreja Cristã. Isso não quer dizer, por outro lado, que se ignorassem os parentes de sangue — ao contrário, era impor-

tante conhecer esse parentesco natural, pois a Igreja proibia que pessoas com laços familiares muito próximos se casassem.

Era normal que os pais promettessem os filhos em casamento desde os primeiros anos de vida destes, o que, para as elites, era uma forma de garantir riquezas. Ao se casar, a esposa receberia um dote do pai, que, contudo, seria administrado pelo marido. Assim, para os rapazes (especialmente os excluídos da herança — lembremos que apenas o filho mais velho herdava os bens da família), um “bom casamento” poderia ser uma chance de ascensão, de obter posição social, riqueza e poder.

Quando a família não tinha como pagar o dote ou o valor deste ameaçava a sobrevivência da família, os pais enviavam as jovens para mosteiros para que virassem freiras.

Curiosamente, havia certa conexão entre o estado civil de uma mulher e o tamanho, formato e disposição de seus cabelos. Em geral, as moças solteiras traziam os cabelos expostos e ligados por tranças, deixando visível a disponibilidade para o casamento. As mulheres casadas ou comprometidas deveriam manter os cabelos escondidos, discretos ou então amarrados em duas tranças e cobertos por uma touca, um véu ou chapéu.

A cerimônia de casamento era, ao mesmo tempo, algo privado e público. Privado porque significava a união de duas famílias; público porque era aberto a amigos e convidados, os quais testemunhavam o ato e davam seu assentimento. Nos primeiros tempos, a cerimônia acontecia em casa, e quem oficiava era o pai, que pedia a bênção de Deus para os jovens esposos, os quais permaneciam nus numa cama. Depois, passou a ser realizado às portas das igrejas e, a seguir,



■ Casar-se com uma mulher da nobreza poderia significar prestígio social para os homens.

dentro delas, ganhando o padre maior importância, ocupando as funções anteriores do pai.

Essa maior participação dos sacerdotes denotava a preocupação da Igreja em relação ao casamento, que, não por coincidência, foi transformado num sacramento. Começou a considerá-lo uma criação divina, devendo ser realizado não por prazer, mas com fins de procriação. No fundo, a Igreja tentava controlar o sexo, tido como uma "tentação ao pecado". Dentro da moral cristã medieval, havia grande desconfiança em relação ao prazer, pois este manteria o espírito preso no corpo, impedindo-o de se elevar em direção a Deus.

Assim, para a Igreja, o casamento seria indissolúvel (só

acabava com a morte de um dos cônjuges), devendo-se manter a virgindade até as núpcias. Mesmo quando casado, o homem deveria conviver com a esposa na castidade, evitar o ato sexual só para obter prazer e não aceitar nenhuma medida contraceptiva (por exemplo, aborto). A visão de “crescer e multiplicar” era mais direcionada para os servos, a fim de que aumentassem os braços para o trabalho.

No casamento, as expressões de amor e carinho não eram importantes. Fundamental era cumprir os compromissos matrimoniais. Mesmo no ambiente doméstico, a mulher se dirigia ao marido como *senior*, evidenciando sua submissão. O amor era tido como coisa para jovens solteiros e ingênuos.

A união conjugal tinha entre seus propósitos principais a continuidade da linhagem familiar, de modo que era fundamental a geração de filhos. A esterilidade de um dos componentes do casal poderia levar ao fim de um casamento (era comum que os homens repudiassem as mulheres que não lhes dessem filhos), apesar dos atritos que isso poderia provocar entre as famílias e da oposição da Igreja.

Entretanto, como os casamentos eram vistos, em regra, como uma forma de aliança entre famílias, e o sexo com as esposas deveria apresentar funções apenas procriadoras, era normal que os homens, especialmente os da nobreza, procurassem e mantivessem várias mulheres para sua satisfação sexual.

Iluminura que mostra as casas de banho da Idade Média, da obra *De dicitis et factis romanorum*, de Valère Maxime, 1470.



12

A vida dos Servos



O trabalho dos servos era um dos sustentáculos da sociedade medieval.

Na base da sociedade feudal, estavam os trabalhadores, a esmagadora maioria da população, que poderiam ser de vários tipos: escravos, pequenos proprietários rurais, livres, mas, principalmente, servos, cuja origem, como afirmamos antes, esteve no antigo colonato romano. Ligado à terra de onde tirava o sustento da família e pagando várias obrigações a um nobre, o servo não podia abandonar nem ser expulso do feudo, sendo sua condição determinada por nascimento, ou seja, o filho do servo também seria servo, e o filho deste igualmente seria.

Calcula-se que entre 30% e 50% do que o servo produzia acabava transferido para as mãos da aristocracia leiga ou clerical. Daí se entende a pobreza em que viviam esses camponeses, embora fossem condições

melhores que as dos escravos romanos. Habitavam, em geral, pequenas casas de taipa, com chão de terra batida, muitas vezes frio e úmido. Por isso, nas épocas de inverno rigoroso, traziam os animais para dentro de casa, para tentar aquecer o recinto. Inexistiam divisões internas dentro das casas, e os móveis eram poucos: uma mesa, alguns bancos, não muito mais. As camas não passavam de palha amontoada. Lendas medievais contavam que, quando um servo morria, até o diabo hesitava em levar sua alma ao inferno, em virtude do mau cheiro.

Dizia-se que os servos tinham dois pratos: um mingau parecido com uma sopa e uma sopa parecida com um mingau! De fato, sua alimentação era precaríssima: pão, ovos, queijo, verduras (se tivesse uma horta em seu lote de terra). Carne era rara, mas ocorria de servos matarem porcos e pendurarem a carne perto de uma fogueira para que fosse defumada (a fumaça conserva a carne) e durasse mais tempo, já que se constituía uma dificuldade preservar alimentos. Muitos servos, ao lado de mendigos, se amontoavam nas portas das cozinhas dos castelos ou dos mosteiros, principalmente quando ocorriam os grandes banquetes, para ver se conseguiam as sobras da mesa dos senhores. Em geral, pelo frio e por razões culturais, as pessoas da Idade Média antipatizavam com o banho — muitas se banhavam apenas três, quatro vezes por ano.

Os homens eram responsáveis por lavrar a terra, derrubar as florestas, quebrar pedras, construir casas, cercas, etc. Por vezes, o servo era também um artesão da comunidade (ferreiro, carpinteiro, etc.). As mulheres teciam panos, cortavam e costuravam, além de lavar roupa, tosquiar ovelhas, preparar comida, etc., na dura rotina do trabalho doméstico. Quanto às crianças, na Idade Média não havia a concepção que temos hoje de "infantil": garotos e garotas eram tratados como adultos pequenos e, quando já tinham condições, laboravam e ajudavam os pais nos diversos afazeres.

A expectativa de vida no feudalismo era baixa, não chegando aos 45 anos. Era normal que muitas crianças morressem em idade tenra ou que as mulheres falecessem ao parir, devido às precárias condições de higiene (por essa razão, os homens casavam várias vezes ao longo da vida). Morria-se de fome quando a safra era pequena por causa de alguma praga agrícola, enchente, seca ou quando era destruída nas guerras (isso quando não era "requisitada" por algum exército). Morria-se de pestes,

morria-se um pouco por dia em decorrência do trabalho estafante e da má alimentação. Por tais razões, os servos eram bastante **solidários** entre si, isso por conta da moral cristã (afinal, o cristão deve ajudar seus irmãos com todo o coração) e das dificuldades da vida: ou todos se ajudavam ou pereciam.

Assim, o camponês que possuísse ferramentas partilhava-as com outros servos. Se o cultivo e/ou colheita da terra não fosse possível na época certa, um servo trabalhava e ajudava no lote do companheiro. Se a comida faltava para um servo, outro dividia a sua. O individualismo era algo condenável e inaceitável (a exaltação do individualismo veio apenas com o capitalismo, depois). Prevalencia o **coletivismo** — por isso, também, as pessoas dormiam juntas, as casas não tinham repartições, sequer portas internas, e comiam todos em travessas coletivas, metendo a mão diretamente na comida.

Mulheres

As mulheres tinham funções importantes na Idade Média. Enquanto as camponesas ajudavam nas tarefas agrícolas e do **dia a dia** ao lado do resto da família, as mulheres da nobreza se incumbiam da tecelagem e da organização das casas ou castelos, orientando as servas. Várias mulheres eram também artesãs, produzindo produtos como pentes, cosméticos, sabão e roupas.

Todas, porém, fossem ricas ou pobres, estavam submetidas a ferrenho machismo. A principal “virtude” da mulher, dentro e fora do casamento, era a submissão e



a obediência, tendo um homem como referência. Ao homem, cabia o direito natural de castigar a mulher quando achasse conveniente. O homem temia ser traído; tinha medo de que a mulher lhe fizesse “bruxaria” para provocar a impotência.

A mulher tinha várias funções na sociedade feudal, embora fosse tida como “inferior” ao homem.

Essa misoginia era ratificada pela Igreja — numa época em que o corpo, o prazer e o sexo eram vistos como “tentações pecaminosas”; para alguns teólogos, a mulher era a prova maior de que o diabo existia: o desejo sexual corrói o homem; como a mulher desperta esse desejo, ela só poderia ser um agente do mal, ou seja, eram as mulheres que levavam os homens à “danação”!

As “fêmeas”, por sua natureza, “eram pérfidas, frívolas, luxuriosas e impulsionadas ao sexo”. Tinham-nas como perigosas, astuciosas, encenqueiras, infiéis e fúteis, afinal eram descendentes de Eva, a culpada pela humanidade ter sido expulsa do paraíso com seu pecado.

São Jerônimo dizia que as mulheres nasceram para o prazer, e não para a virtude.

Era tão forte o machismo que a Igreja não aceitava que mulheres fizessem parte dos corais — as mulheres deveriam ficar caladas durante as cerimônias religiosas.

Por essa razão, para obter sopranos masculinos, o clero apoiou que os corais fossem compostos de homens castrados, os chamados *castrati*, o que foi formalmente aprovado no século XVI pelo Papa Sistus V.

A maior parte dos *castrati* eram crianças pobres ou órfãos — famílias miseráveis chegavam a entregar seus filhos à Igreja para serem castrados. A castração antes da puberdade preservava o tom de voz dos meninos, ideal, portanto, para os corais. Depois, a prática foi disseminada entre os cantores de ópera.

A mulher, contraditoriamente, poderia ser valorizada na Idade Média, desde que numa visão idealizada, perfeita, casta e virtuosa, no “seu lugar”, como se percebe no culto à Virgem Maria, muito forte na Europa feudal — era a Mãe de Cristo, que, imaculada, permaneceu virgem e pura, renunciando aos “prazeres da carne” num ideal de vida a ser seguido —, e na estima que tinham as “belas e indefesas damas” como musas quase inalcançáveis para os cavaleiros e os trovadores.

O culto à Virgem Maria era muito forte na Europa feudal.



13

Mudanças no feudalismo: **Baixa Idade Média**

Muitas vezes, quando estudamos História, ficamos com a impressão de que tudo é estático. Ora, a vida em sociedade, como a vida das pessoas, apesar de ter suas permanências, é dinâmica, não **para** — não se sabe aonde vai, mas não para. A sociedade feudal, que atingiu a maturidade por volta do século X, entrou, no século seguinte, em um processo de mudanças que a alteraram radicalmente, criando as condições para o surgimento do capitalismo como hoje o conhecemos.

Esse período de mudanças no feudalismo, por convenção dos historiadores, foi chamado de **Baixa Idade Média** (séculos X–XV). Ainda para facilitar nossos estudos, os profissionais da História dividem a Baixa Idade Média em dois momentos: o primeiro, mais ou menos entre os séculos X–XIV, seria uma etapa de **expansão** da economia feudal, com o “renascimento” do comércio e das cidades, aumento da produção, crescimento populacional, etc. Depois, entre os séculos XIV–XV, ocorreu uma grave crise do feudalismo, provocando o advento de (mais) fome, pestes, guerras — quase que um verdadeiro apocalipse do mundo feudal.



O capitalismo tem suas origens na Baixa Idade Média.

14

A fase de expansão: **renascimento comercial**

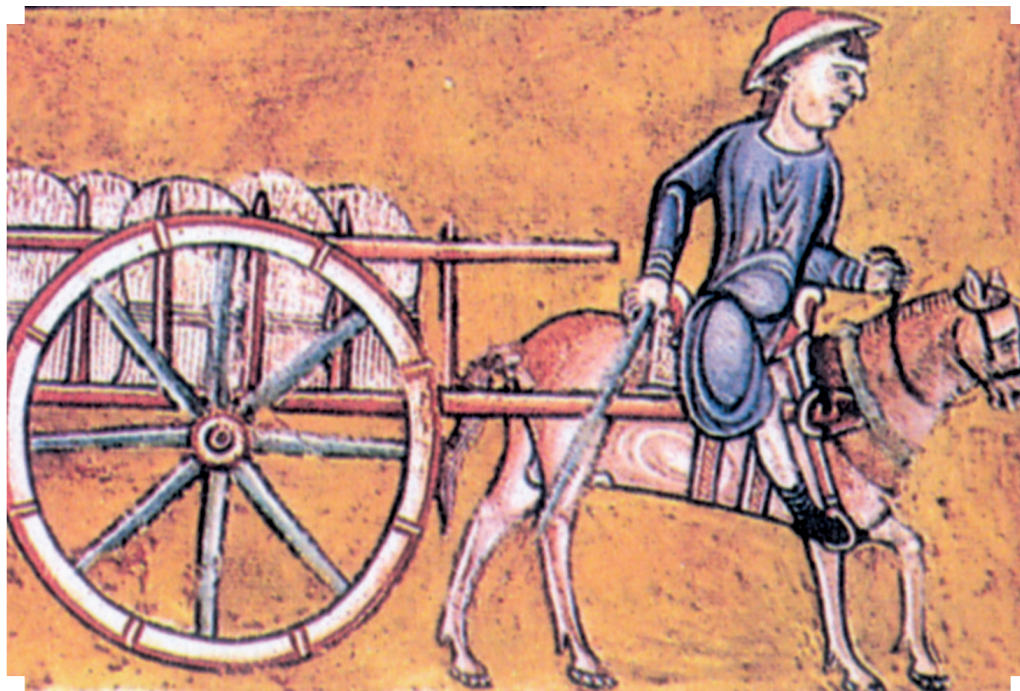


As condições de higiene dos alimentos eram deploráveis.

Um dos primeiros elementos de dinamismo no feudalismo a partir do século XI foi o **crescimento demográfico**, isto é, o aumento da população da Europa Ocidental. Calcula-se que o número de habitantes daquela região saltou de 18 milhões no ano 800 para 22 milhões no ano 1000, para cerca de 26 milhões em 1100, para mais de 34 milhões em 1200 e para, aproximadamente, 50 milhões de pessoas no ano 1300.

Esse crescimento populacional teve como causa principal a diminuição dos índices de mortalidade, que, por sua vez, se deveu à menor incidência de epide-

Há um aumento da produção agrícola na Baixa Idade Média.



mias na Europa Ocidental entre os séculos X–XIII. Os europeus, de tanto adoecerem no passado, acabaram desenvolvendo anticorpos naturais em seu organismo em sucessivas gerações ao longo dos séculos, estando, pois, mais imunizados para enfrentar certas doenças, como a malária, que fora devastadora nos últimos anos do Império Romano. Outras doenças, como a peste negra, uma ameaça até o século VIII (e que voltaria depois, no século XIV), reduziram-se, talvez com as mortes e o despovoamento que a própria doença provocara em certas regiões, o que dificultava sua propagação (em outras palavras, a peste não tinha como se reproduzir, “morrendo” com os doentes).

Para a redução das mortes, contribuíram igualmente a diminuição das invasões “bárbaras” (de *vikings*, húngaros e muçulmanos) depois do século X e o tipo de guerra que se consolidara no auge do feudalismo, com um baixo número de vítimas — as guerras não eram feitas por grandes exércitos em gigantescas batalhas e inúmeras baixas como na Idade Antiga, mas por bandos de uma elite de guerreiros, os cavaleiros. Tais cavaleiros usavam principalmente equipamentos defensivos (as armaduras protegiam quase todo o corpo), e o objetivo primeiro das guerras medievais era não a morte do adversário, mas sua captura para exigir um resgate (lembremos que uma das obrigações do vassalo era pagar o resgate de seu senhor capturado).

Além disso, a própria Igreja Católica colocou freios nas batalhas entre os senhores feudais, como ao instituir, em fins do século X, a **Paz de Deus**, pela qual buscava obter um juramento dos nobres para respeitarem, nas guerras, os clérigos, comerciantes e camponeses, assim como os seus bens. Tais freios foram ampliados no início do século seguinte, quando a Igreja instituiu a **Trégua de Deus**, a qual proibia lutas em certos dias da semana (da quinta de tarde à segunda pela manhã) e do ano (Páscoa, semana do Natal, etc.).

Com mais pessoas, era necessário aumentar a produção de alimentos, o que se fez com o uso de novas técnicas e instrumentos agrícolas (a exemplo do uso do moinho hidráulico e da charrua, um tipo de arado de ferro que, ao penetrar mais profundamente no solo, revolve-o e aumenta a fertilidade) e, sobretudo, com uma expansão das áreas cultivadas, através do aterramento de pântanos e da derrubada de bosques e florestas, cujo solo virgem e fértil era excelente para a agricultura.

Dessa forma, há um **aumento da produção agrícola** na Europa feudal — especula-se que, entre os séculos IX e XIII, a produtividade da cerealicultura tenha crescido cerca de 50%. Com mais comida, melhoraram os hábitos alimentares da população, o que contribuiu também para a redução da mortalidade e permitiu mais crescimento populacional. Também foi possível, com a produção agrícola, alimentar um maior número de cabeças de gado, aumentando os rebanhos. Igualmente, percebe-se que o aumento da agropecuária levou ao crescimento da quantidade de matérias-primas para as atividades artesanais (mais lã, couro, madeira, etc.), destacadamente a produção têxtil e a construção de casas (para atender às necessidades vindas com o crescimento demográfico), igrejas, castelos, muralhas, palácios, hospitais, etc.

Dessa maneira, a economia feudal, até então com sua tendência à subsistência, entrou numa fase de dinamismo, produzindo um **excedente** na agricultura, na pecuária e mesmo no artesanato, isto é, produzindo além das necessidades imediatas de comunidades e feudos. E o que fazer com o que estava “sobrando”? Ora, vender na vila ou no mercado mais próximo e, com o dinheiro obtido, comprar aquilo que não se tinha e era produzido em outras áreas — lembremos que houve ainda um aperfeiçoamento técnico nos transportes e nas comunicações no período, permitindo levar os produtos a mercados mais distantes em menor



Rua de mercados na Idade Média.
Miniatura do século XVI.

tempo (aumento da capacidade dos navios, uso de ferraduras nos cascos dos animais, construção de pontes pênséis, atrelagem dos animais em fila, uso da coleira peitoral, etc.).

Em outras palavras, com o excedente da produção, deu-se o **“renascimento” do comércio** (embora ele, como visto, nunca tenha desaparecido por completo no feudalismo), e o dinheiro voltou a ter muita importância na economia **européia (monetização)** como medida de troca e de riqueza. Essas mudanças tocaram a alma da sociedade feudal, alterando a Europa naqueles séculos.

Com a valorização da moeda, por exemplo, foram abolidas algumas obrigações servis, passando muitos camponeses a pagarem suas obrigações em dinheiro, o que era de agrado dos senhores, já que assim poderiam comprar os produtos oferecidos nos mercados ou contratar, para certas tarefas, **mão de obra** assalariada, bem mais produtiva que o trabalho servil. Assim, ia aos poucos (muito lentamente, é verdade) descharacterizando-se um dos elementos centrais do feudalismo: a servidão.

Contudo, tais mudanças eram pouco perto do que ainda viria a acontecer.

Caça às bruxas



O senso comum associava bruxaria à maldade e depravação.

A questão da bruxaria ainda hoje chama a atenção de historiadores.

A perseguição às bruxas, porém, ao contrário do que muitos pensam, não se deu no auge do feudalismo, mas em fins da Idade Média e, sobretudo, na Idade Moderna. A ideia, porém, de pessoas dotadas de poderes mágicos vem de várias civilizações da Antiguidade. Textos do início da Idade Média já falam do medo que se

tinha das feiticeiras, mulheres “más”, em geral velhas, ligadas ao demônio e capazes de voar à noite e se transformar em animais. Isso impressionava a imaginação popular, mas, para os religiosos daquele período, tudo não passava de mera “superstição de iletrados”, zombando e debochando das crendices.

No fundo, a persistência da crença em bruxarias, fórmulas mágicas, curandeiras, etc. não passava de uma sobrevivência de práticas pagãs a serem desprezadas. A partir do século XIII, entretanto, a postura dos religiosos mudou radicalmente, levando à perseguição e morte de milhares de mulheres. Essa mudança se vincula às transformações pelas quais passava a Europa naquele momento: o desgaste moral da Igreja (escândalos, fracasso das cruzadas, crescimento das hereσίας, etc.), as disputas políticas entre clérigos, as crises sociais e econômicas, etc. possibilitaram uma nova visão do mundo, de Deus e dos males do diabo.

As práticas de bruxaria, até então inofensivas diante do poder de Deus, passaram a ganhar im-

portância perante a insegurança daqueles novos tempos. O medo do demônio trouxe o medo das bruxas, e, com isso, perseguições e extermínio. Em 1326, o Papa João XXII transformou a bruxaria em heresia — daí em diante, a Inquisição poderia perseguir as bruxas. Para as autoridades, havia pessoas não a serviço do Todo-Poderoso, mas para adorar o diabo. Temiam-se não apenas as práticas satânicas e a depravação sexual das bruxas, mas o que de ruim elas poderiam fazer juntas, em suas reuniões, o *sabat*.

As velhas feiticeiras, fruto da imaginação e de ilusões populares, ganharam forma “real”, sendo temidas por todos. Embora também ocorressem perseguições a homens “bruxos”, o alvo principal eram as mulheres, algo esperado dentro da visão misógina medieval, afinal, elas eram “naturalmente” pecadoras, responsáveis por “atos sexuais condenáveis”, pela impotência dos machos, por maldades de toda sorte. Não por coincidência, tinha-se o *sabat* como uma grande orgia.

O ápice das perseguições às bruxas deu-se entre 1560 e 1630, acontecendo sobretudo na Ale-



manha, Suíça, Bélgica, Inglaterra e França. Há quem estime em 300 mil as bruxas executadas por toda a Europa, seja em países católicos, seja evangélicos. A última execução conhecida aconteceu em 1781, nas vésperas da Revolução Francesa (1789).



As delações podiam atingir qualquer pessoa, mas havia especial atenção ao sexo feminino. Mulher acusada de bruxaria sendo queimada em Willisau, Suíça, em 1447.

O livro *Malleus Maleficarum* foi lançado pelos inquisidores como uma bíblia da caça às bruxas.

As cruzadas



Rotas das primeiras cruzadas — guerra em nome de Deus.

No ano de 1095, o **Papa Urbano II** fez um enfático pedido para que os cristãos de “bom coração” promovessem guerra santa e libertassem Jerusalém e a “Terra Santa” (Palestina, onde Jesus vivera) do domínio dos infiéis árabe-muçulmanos. Aqueles que fossem teriam seus pecados perdoados, e os que morressem e matassem em nome de Cristo teriam direito à salvação celeste — em seu pedido, o papa teria dito a expressão “Deus o quer” (aquele combate), transformada no grito de guerra dos inúmeros cristãos que se dispuseram a lutar pela Igreja Católica daí em diante.

Iniciavam-se, dessa maneira, as **cruzadas**, expedições guerreiras apoiadas pelo papado no objetivo de conquistar a Palestina, constituindo-se um movimento de intensas **consequências** para a Europa Ocidental

feudal e para os povos do Oriente, alvo de uma das mais estúpidas agressões da história da humanidade.

As cruzadas, contudo, tinham outras razões que não apenas religiosas. Havia interesses outros da própria Igreja Católica em angariar mais prestígio e reunificar a cristandade (lembramos que, não por acaso, em 1054, anos antes do pedido do papa, houve o Cisma do Oriente, quando os cristãos se dividiram em duas Igrejas, a Católica, de Roma, e a Ortodoxa, de Bizâncio). Para os senhores feudais, as cruzadas seriam uma maneira de obter terras e riquezas (recordemos que, no mundo feudal, só o filho mais velho herdava o feudo do pai). Havia interesses dos mercadores de cidades como Gênova, Veneza, Pisa, Amalfi de lucrar com o transporte marítimo dos cruzados (os navios com os guerreiros cristãos saíam dessas cidades, geralmente) e ampliar as relações comerciais com os muçulmanos. Era também uma forma de canalizar o caráter guerreiro e violento dos senhores feudais para um “inimigo em comum” e também aliviar a pressão social representada pelo crescimento demográfico da Europa Ocidental. Naquela sociedade de extrema religiosidade e fé, cujo misticismo aumentara ainda mais desde o ano 1000 (com a crença firme de que o fim do mundo se aproximava, bem como o retorno de Cristo, o que se daria no Santo Sepulcro, na Palestina), as palavras do papa surtiram enorme repercussão, sobretudo para os pobres e para os senhores feudais empobrecidos. Serão eles os que mais se engajaram nas cruzadas (foram oito expedições), que, apesar de terem custado a vida e o sacrifício de milhares de cristãos e muçulmanos, foram um tremendo fiasco. Os cruzados até que conseguiram dominar Jerusalém e criar alguns reinos cristãos na Síria e na Palestina, mas isso durou pouco tempo — em 1187, os árabes, sob o comando do sultão Saladino, reconquistaram Jerusalém e expulsaram os cristãos.

As cruzadas abalaram o prestígio do papa e da Igreja Católica (afinal, se Deus queria a guerra, por que houve um fracasso?).

Por outro lado, as cruzadas possibilitaram um maior contato cultural entre as civilizações cristãs, bizantina e muçulmana (várias obras **greco-romanas**, desaparecidas há séculos da Europa Ocidental, voltaram a ser conhecidas a partir das traduções árabes), e, principalmente, aumentaram as transações comerciais entre Ocidente e Oriente (as quais estavam bastante reduzidas durante o auge do feudalismo) através do Mar Mediterrâneo, contribuindo, portanto, para o “renascimento” comercial que

se verificava na Europa a partir do século XI. Entre os produtos que os europeus passaram a comprar mais do Oriente, sobretudo pelos portos de Gênova e Veneza, estavam as famosas especiarias asiáticas (cravo, canela, pimenta, etc.), que serviam de tempero e conservante de alimentos.

Assim, desenvolvia-se também o comércio marítimo (de cabotagem, isto é, de porto em porto no litoral, já que os oceanos eram quase desconhecidos à época) e terrestre, em médias e longas distâncias. O comércio por terra poderia ocorrer nos mercados das vilas e cidades existentes desde os primórdios do feudalismo ou em feiras periódicas ou fixas, as quais atraíam grupos de comerciantes de toda a Europa.

Jerusalém

Centro de três grandes religiões mundiais, Jerusalém continua sendo, até hoje, alvo de disputas.



Situada na Palestina, na confluência de vias da África, Ásia e Europa, Jerusalém é uma cidade antiga há referências sobre sua existência datadas de 1800 a.C. Ao longo da História, foi (e ainda hoje é) bastante disputada, apresentando grande importância religiosa. Para os judeus, é a capital de um território prometido por Jeová e conquistado e mantido por líderes como Davi e Salomão nos séculos

XI e X a.C. Para os cristãos, é uma terra santa, onde Jesus, o filho de Deus, viveu, pregou suas mensagens, foi preso, crucificado e, por fim, ressuscitou no século I. Para os muçulmanos, é o lugar onde seu profeta, Maomé, ascendeu ao céu depois de falecer no século VII. Atualmente, é foco de uma disputa entre o Estado judeu de Israel e os palestinos, que querem Jerusalém como sua capital.

A Ordem dos Templários

Um dos mais importantes grupos de guerreiros da Idade Média foi a Ordem dos Pobres Soldados de Cristo do Templo de Salomão, mais conhecida como *Ordem dos Templários*, criada em 1118, em Jerusalém, por um pequeno grupo de cavaleiros franceses, tendo à frente Hugo de Payns, visando proteger a visita e os interesses dos cristãos na Terra Santa.

Naquele momento, os cristãos tinham há pouco conquistado Jerusalém, mas seu domínio era frágil e hesitante, sofrendo ataques de árabes, daí o objetivo dos templários. Logo a Ordem recebeu apoio e doações de governantes, nobres e papas, obtendo extraordinária influência econômica e política na Europa. Os templários faziam votos de pobreza e castidade, tendo como lema o salmo de Davi: "Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao teu nome dai glória". Seu símbolo era um cavalo montado por dois cavaleiros. Para os templários, matar era errado, mas matar em nome de Deus não era homicídio, mas um "malecídio", ou seja, "matar o mal".



De atuação modesta no início, a Ordem dos Templários expandiu-se enormemente nos anos seguintes. A história daqueles monges guerreiros deu origem a várias lendas e mitos ainda hoje propagados, como o de que teriam encontrado e levado para a Europa o Santo Graal, o cálice usado por Cristo na última ceia e empregado para coletar seu sangue quando da crucificação. Em 1128, o Papa Honório II reconheceu oficialmente os templários, **dando-lhes** várias isenções e privilégios, entre estes o de prestar contas apenas ao papado. O apoio da Igreja foi fundamental para o crescimento da Ordem, que cada vez

Os templários combatiam em nome do cristianismo e obtiveram notável influência na baixa Idade Média.

mais recebia doações e riquezas. Os templários tinham tanto dinheiro que chegavam a emprestar a reis e nobres.

Usando mantos brancos com uma cruz vermelha, com rígida disciplina, eram violentíssimos nos campos de batalha, capazes de tudo para defender o cristianismo. Dizia-se que os templários eram os primeiros a entrar num combate e os últimos a sair.

A Ordem ficou tão famosa e influente que passou a incomodar a hierarquia da Igreja. No século XIV, o Papa Clemente V acusou os templários de heresia, idolatria,

blasfêmia e sodomia. Os bens da Ordem foram confiscados; e vários de seus integrantes, presos e torturados para confessar os “crimes” praticados. Muitos dos templários foram queimados na fogueira. Outros, porém, conseguiram fugir com parte das riquezas para países como Portugal, lá sendo protegidos. Ajudaram na chamada Guerra de Reconquista (de expulsão dos árabes da Península Ibérica) e teriam fundado a chamada Ordem de Cristo, a qual, por sua vez, emprestou recursos à Coroa portuguesa para realizar a expansão marítima na Idade Moderna.

Os templários passaram a incomodar a hierarquia da Igreja. Aqui vemos a representação da Instituição da Ordem dos Templários no Concílio de Troyes em 1128. Quadro de François-Marius Granet, 1840. Castelo de Versalhes.



16

“Renascimento” urbano



Vimos que, até o século X, a Europa Ocidental se caracterizou por ser rural, havendo poucas cidades.

Na realidade, o continente continuaria a ser predominantemente rural por muitos séculos ainda, embora na Baixa Idade Média tenha-se verificado um “renascimento” urbano, ou seja, a fundação de várias cidades e o crescimento das populações urbanas.

Tal “renascimento” liga-se bastante ao que falamos no tópico anterior, principalmente ao “renascimento” comercial, embora as cidades pudessem ter origens diversas. As cidades surgiram perto de castelos, perto de locais de peregrinação, próximas de igrejas, monastérios, abadias, etc. (que atraíam fiéis para cerimônias religiosas), no cruzamento de estradas e rotas comer-

As cidades cresceram com o comércio, embora nunca tivessem deixado de existir.

ciais (terrestres, fluviais ou litorâneas), nas proximidades das feiras, em locais de refúgio nas estradas, etc. Independentemente da origem, contudo, a expansão das cidades, em geral, deu-se em função do comércio. E, por outro lado, quanto mais cresciam, mais se estimulava o comércio, afinal o mercador trabalha onde há grande concentração de gente, e as pessoas vão aonde podem adquirir mais facilmente o que necessitam.

O aumento do número de habitantes das cidades no período deu-se basicamente devido à **emigração** de elementos vindos do campo. Com o aumento demográfico verificado a partir do século XI, muitos senhores acabaram por expulsar do campo o excesso populacional, uma vez que não havia terras para todos — em geral, essa massa passava a perambular pela Europa ou ia para as cidades, buscando trabalho ou vivendo de mendicância, prostituição, pequenos crimes, etc.

Outras vezes, os servos (lembre-se de que não podiam deixar os feudos), com a renda que tinham obtido com a venda de seus excedentes nos mercados locais, fugiam para as cidades — para que ficar num feudo, sendo explorado por um senhor, se havia a alternativa de uma vida melhor (virar um artesão, um mercador, trabalhar em alguma coisa) nas cidades? Na época, havia até um ditado: “O ar da cidade dá liberdade!”. Nas cidades, muitos deles se dedicaram ao comércio e ao artesanato.

Com o dinamismo econômico e o “renascimento” urbano, formou-se uma nova classe social: a **burguesia**, ou seja, os mercadores e cambistas (os atuais banqueiros, pessoas encarregadas de trocar e emprestar dinheiro cobrando juros, para espanto da Igreja). A palavra *burguesia*



Cidade de Chartres (1568): a população se amontoava dentro das muralhas dos burgos.

origina-se do termo *burgo*, isto é, das cidades medievais muradas (*burgus* significa, em latim, *fortaleza* — as cidades tinham muros para proteção contra assaltantes, bandoleiros, ataques inimigos, etc.), onde há muito moravam comerciantes, cujo número aumentou bastante a partir do século XI, levando à constituição de uma influente camada social.

Essa burguesia era algo novo no feudalismo, afinal o burguês, em tese, não era subordinado a ninguém e não devia satisfação a ninguém. Quebrava-se, dessa maneira, a rigidez da sociedade feudal, de que “nada mudava em virtude da perfeição divina”, apesar de a burguesia haver sido colocada na terceira ordem, ao lado dos servos e artesãos.

Também ganharam importância nas cidades os artesãos, que passaram a se organizar em **corporações de ofício**. Em cada cidade, havia essas associações de artesãos, ou seja, uma corporação de sapateiros, ferreiros, tecelões, etc., só podendo exercer a profissão quem fosse membro da respectiva corporação. O propósito era claro: evitar a concorrência de novos artesãos e até entre os próprios membros da corporação, tanto que todos deveriam cobrar o mesmo valor pelo serviço, manter a qualidade idêntica do trabalho, pagar *jornada* (salário) igual aos assalariados, etc. Havia também associações de mercadores, com a idêntica função de monopolizar o comércio local — eram as **guildas**.

Não raras vezes, com o aumento da população urbana, **construíam-se** novas muradas nos burgos, de modo que os muros mais velhos eram destruídos ou ruíam. Dentro das muradas, amontoavam-se as casas, muitas de artesãos e mercadores, em ruas tortuosas, apertadas, quase sem limpeza, propícias para a propagação de doenças, como a peste negra demonstraria no século XIV. Tais cidades, comparadas com as de hoje, eram pequenas — as maiores, como Florença e Paris, tinham entre 50 e 100 mil habitantes. Durante os dias, era uma barulheira, com comerciantes expondo seus produtos, mulheres conduzindo cestos, homens puxando carroças com gêneros agrícolas.

Menestréis e artistas circenses expunham suas artes em busca de alguma moeda dos transeuntes. À noite, as ruas ficavam desertas, pois não eram seguras devido à quantidade de ladrões.



■ O comércio continental cresceu na Baixa Idade Média dizimando a economia da Europa Ocidental.

Aquelas cidades “renascidas” situavam-se, obviamente, dentro de áreas pertencentes aos senhores feudais. Bom deixar claro que, a princípio, os nobres viram com bons olhos a formação e a expansão das cidades, pois elas tinham que lhes pagar impostos. Os senhores governavam as cidades diretamente ou por meio dos *prebostes*. Entretanto, os abusos e o autoritarismo dos senhores feudais — eles chegavam a saquear as cidades que deveriam proteger — conduziram a burguesia a lutar contra a nobreza e pela independência das cidades.

Assim, a partir da metade do século XI, surge o **movimento comunal**, pelo qual as cidades buscam sua autonomia. A liberdade poderia ser obtida pela compra de uma **carta de franquia**, ou **foral** (vendida por um valor elevadíssimo e na qual o senhor feudal se comprometia a reconhecer a autonomia das cidades, sua administração própria e o direito de arrecadar impostos para si mesma), ou por guerras, quando as cidades tinham apoio de grupos da nobreza comandados por um rei interessado em enfraquecer nobres adversários, isso já no processo de formação dos Estados nacionais, conforme veremos depois. Houve episódios ocasionais em que os senhores concederam a liberdade dos burgos sem maiores oposições ou algo em troca. As cidades que obtiveram a liberdade passaram a se chamar de **comunas** (na França), **conselhos** (em Portugal e na Espanha) e **repúblicas** (na Itália).

O Judeu Errante e o Santo Graal

Na Idade Média, o livro por excelência daqueles poucos que sabiam ler era a Bíblia. Pode-se mesmo dizer que quase tudo o que se produziu em termos de reflexões e pensamentos **baseava-se** nos textos sagrados ou em suas interpretações. O mesmo se dava com os mitos e as lendas do período medieval — havia constantemente uma ligação com a religião.

Temos, por exemplo, a *Lenda do Judeu Errante*, um dos mais tradicionais mitos medievais e ainda hoje difundido. Há várias versões para a lenda. Basicamente, consiste numa maldição lançada sobre um judeu que se recusou a ajudar Jesus quando este conduzia a cruz em seus momentos finais — o judeu foi condenado a andar continuamente até o fim dos tempos.

Vale lembrar que o cristianismo medieval tinha profundo preconceito contra os judeus (**antissemitismo**), um povo de fato errante, não porque fosse “amaldiçoado”, mas por ter sido expulso da Palestina pelos romanos no século II. Os cristãos punham a culpa da morte de Jesus nos judeus (tal acusação perdurou até 1965, sendo retirada com o *Concílio Vaticano II*), vendo-os como “filhos e adoradores do diabo”, “perversos”, “miseráveis”, etc.

Na realidade, no início, os cristãos eram judeus (Cristo era judeu), ou seja, uma facção de judeus crentes que Jesus era o messias (até hoje, os judeus esperam seu messias). Depois, houve a separação entre as duas religiões, e, para marcar essa separação, os cristãos passaram a depreciar e falar mal dos judeus — daí talvez a Lenda do Judeu Errante —, o que serviu de justificativa para os europeus atacarem comunidades judias.

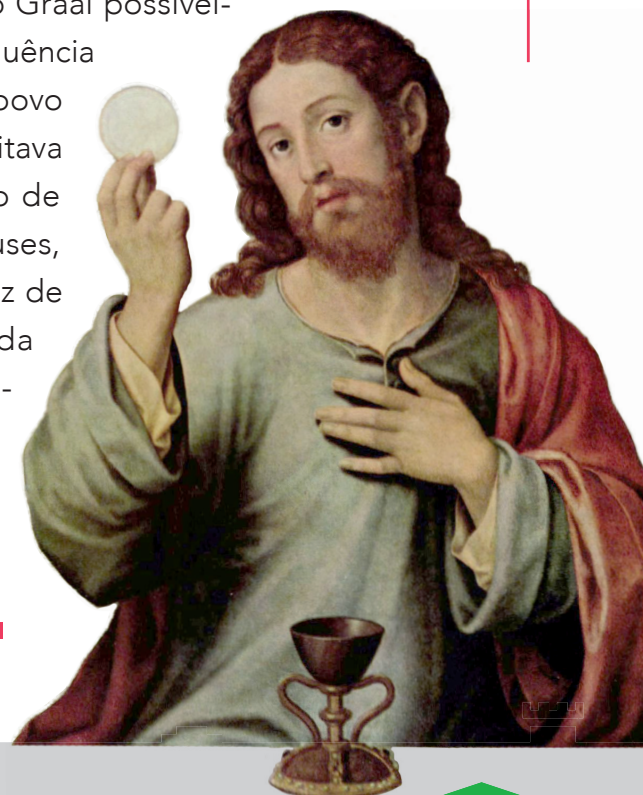
Outro mito medieval seria o do Santo Graal, o cálice (em algumas versões, um prato) usado por Jesus na última ceia e depois empregado por José de **Arimateia** para recolher seu sangue da cruz — por essa razão, o Santo Graal



teria poderes milagrosos. A seguir, o Graal teria sido levado por José de Arimateia para a Inglaterra, onde fora enterrado num lugar desconhecido. O Graal passou a integrar, então, os relatos de outra lenda medieval, a do Rei Artur. Outras versões falam que os templários teriam encontrado o cálice, levando-o para a Europa. Contudo, a **ideia** do Graal possivelmente é uma influência

do folclore do povo celta, que acreditava que o caldeirão de um de seus deuses, Bran, seria capaz de fornecer comida incessantemente, ressuscitar os mortos e promover curas milagrosas.

O Santo Graal seria um cálice usado por Cristo na Última Ceia.



17

A fase de recessão: **crise do século XIV**



Nos séculos XIV e XV, a Europa viveu uma grave crise socioeconômica, após longa fase de prosperidade. Há vários fatores para explicar aquela recessão tão grave que abalou definitivamente os alicerces do feudalismo, abrindo espaço para a expansão das atuais sociedades capitalistas.

Vamos entender as várias e interligadas causas da crise do século XIV. Uma dessas causas foi a redução da produção agrícola. Na fase anterior, de prosperidade, entre os séculos XI–XIII, a expansão da produção dera-se, sobretudo, pela ampliação das áreas dedicadas à lavoura (derrubaram-se bosques, florestas, etc. para plantar mais). A exploração predatória e extensiva dos solos por séculos trouxe, inevitavelmente, uma perda da fertili-

dade e, por **consequência**, redução da produção de alimentos.

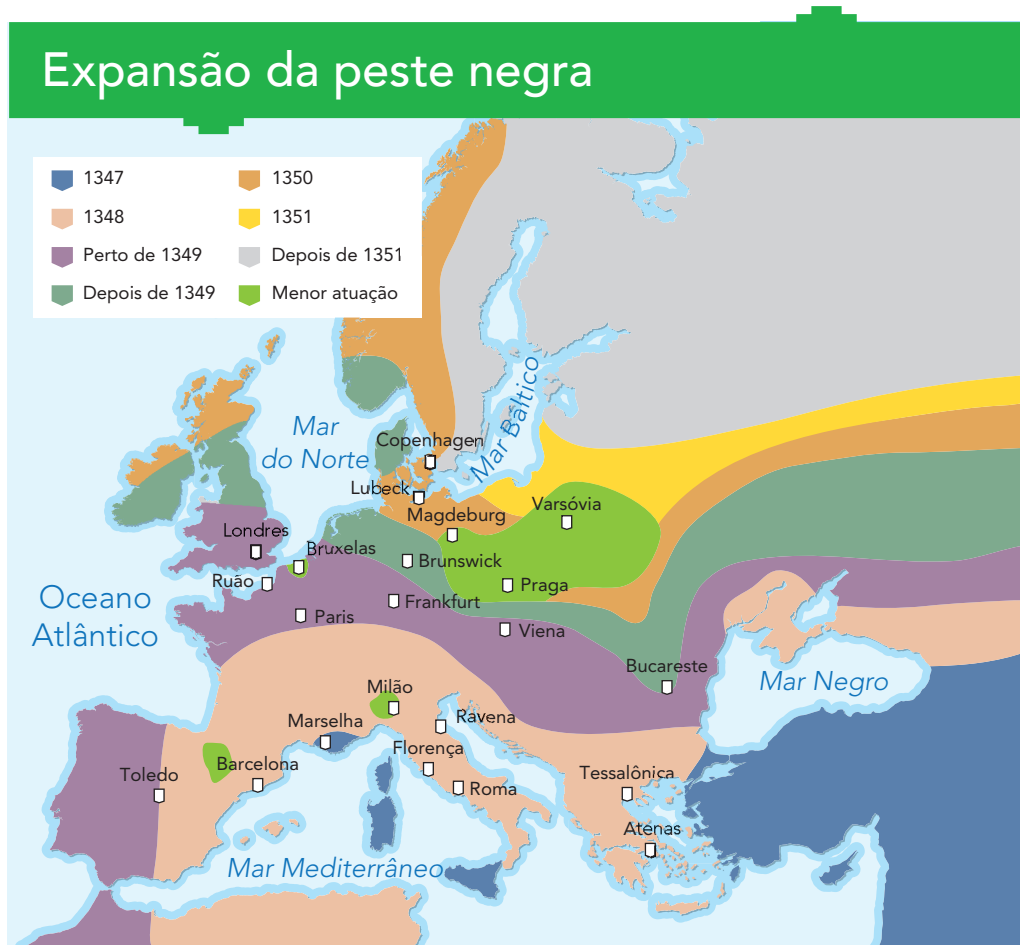
Para isso, contribuíram igualmente as próprias mudanças ecológicas vindas com aquelas derrubadas de árvores. O desmatamento provocou alterações no regime pluvial e o resfriamento do clima.

As violentíssimas e constantes chuvas que atingiram boa parte da Europa no início do século XIV

A peste agravou a situação de penúria da massa e desorganizou a economia feudal.

provocaram colheitas minguadas. Para se ter **ideia**, entre 1315 e 1316, o preço do trigo mais que triplicou. Com o aumento do preço das mercadorias e as pessoas gastando mais para se alimentar (quando podiam se alimentar), compravam-se menos bens artesanais, retraindo o artesanato e, por extensão, o comércio (para essa retração do mercado, contribuiria ainda o esgotamento dos metais preciosos nas minas, com os quais se produziam as moedas).

Com menos comida, o velho fantasma da fome voltou a assustar com intensidade o homem medieval. E, com a fome, voltou a aumentar a mortalidade. Calcula-se que, entre 1315 e 1317, na denominada **Grande Fome**, houve regiões em que a quantidade de mortos chegou a 20% da população. Mesmo aqueles que não pereciam de fome estavam mal alimentados, subnutridos, sendo alvo fácil de doenças e epidemias — na Inglaterra, a mortalidade saltou de 40 por mil para 100 por mil. E **agravou-se** ainda mais com a peste negra, que teria dizimado entre 25% e 35% da população da Europa no século XIV.



A peste negra

A peste negra matou cerca de 25 milhões de europeus entre 1347 e 1351.



No final da Idade Média, a Europa foi devastada por grandes surtos de doenças (pestes) de todo tipo. Isso se deu pelo contato maior, naquele momento, das populações da Europa e outros povos com doenças desconhecidas, para as quais o organismo dos europeus não tinha resistência natural. Dentre tais doenças, a pior foi a **peste negra**, cujo surto, entre 1347 e 1351, matou mais de um terço dos europeus, cerca de 25 milhões de pessoas. Ao que parece, a doença foi uma combinação de peste bubônica e pneu-

monia, transmitida pelas pulgas de determinados ratos.

Já se tinha notícias de mortes pela peste negra na Ásia (China e Índia) há tempos. No entanto, ela ficava restrita àquelas áreas, visto que os ratos são animais "territoriais", ou seja, não fazem longas viagens, e as eventuais vítimas não se afastavam muito de seus domicílios. Entretanto, com as cruzadas e a "reabertura" do comércio entre Ocidente e Oriente pelo Mediterrâneo, o contato entre europeus e asiáticos aumentou. Ratos e pulgas talvez tenham

ido para a Europa nas caravanas dos mercadores ou nos navios que negociavam as especiarias. Nunca se saberá como, mas o certo é que a doença se propagou rapidamente pelo continente através da picada de pulgas, de mordidas de ratos ou pelo ar, pela tosse dos doentes.

Lembremos que as cidades europeias que estavam “renascendo” na Baixa Idade Média não eram exemplo de limpeza: ruas sujas, lixo amontoado, lama, etc. Isso era um “paraíso” para a multiplicação de ratos. Por outro lado, os europeus não eram muito afeitos à higiene pessoal na Idade Média. Em geral, havia uma antipatia ao banho — normalmente se tomava apenas um por ano e, ainda assim, toda a família se banhava com a mesma água do barril. Não é à toa que os perfumes franceses são ainda hoje fortes.

Os sintomas da peste negra começavam com uma alta febre e o aparecimento de inchações nas axilas e virilhas, que se transformavam em dolorosos tumores do tamanho de um tomate. A vítima apresentava insônia e delírios, chegando a vomitar sangue. No segundo ou terceiro dia, o doente estava com o corpo coberto de



caroços (bubões) com pus, surgindo manchas negras na pele. Em uma semana após o contágio, a vítima falecia, geralmente sozinha, tal o pânico que a doença provocava. Até as pessoas mais próximas fugiam do doente. Não raras vezes, as autoridades mandavam lacrar as casas, para que o doente lá percesse sem espalhar a peste, ou evitavam que forasteiros entrassem nas cidades no temor de que trouxessem em seu corpo a doença.

O conhecimento médico do período não conseguia explicar a peste — todos viam que ela passava de uma pessoa para outra, mas como isso se dava? Não se sabia, à época, da existência de micróbios. Alguns achavam que era uma punição de Deus aos

Durante a peste negra, as pessoas, apavoradas, fugiam da cidade para o campo.



A peste foi diminuindo graças à própria quantidade de vítimas, dificultando a propagação.

pecados dos homens — pessoas se flagelavam com chicotes ou faziam peregrinações aos lugares santos pedindo perdão aos céus, em desespero.

Outros, dentro do **antisemitismo** da época (ou seja, preconceito contra os judeus), achavam que a doença era uma maneira de os judeus “envenenarem o mundo” e passaram a caçá-los e assassiná-los. Havia quem também pusesse a culpa nos muçulmanos, igualmente os assassinando. Também existiu gente que colocou a culpa nos gatos (animal malvisto pelos cristãos antigos) — massacraram no período milhares de felinos, deixando os ratos ainda mais livres, numa mortal ironia.

A doença matava aos milhares, pobres e ricos, embora estes

procurassem áreas no campo para escapar (o que, porém, não raras vezes, só servia para difundir ainda mais a doença, pois poderiam levá-la em seu organismo). Servos, nobres, religiosos, reis, todos morriam iguais, com o corpo cheio de chagas, num suplício terrível. Cadáveres se decompondo ou jogados se avolumavam por povoados, cidades e estradas, num cenário macabro. Na falta de covas ou de gente com coragem para transportar corpos, enfiavam-se vários cadáveres, sem reza ou bênçãos, no mesmo buraco do chão. Finalmente, por volta de 1351, a peste diminuiu pela própria quantidade de vítimas, as quais, ao morrer, dificultavam a propagação da doença. A Europa, porém, jamais seria a mesma dali em diante.

Assim, a Europa sofreu, no século XIV, um tremendo **declínio demográfico**. Para se ter **ideia** do que falamos, a Europa iria recuperar a quantidade anterior de população apenas no século XVII. Logicamente, um desastre dessas proporções tem **consequências** radicais. Como os mortos eram, na maioria, camponeses (embora todas as camadas sociais tenham sido atingidas), houve uma redução da oferta da **mão de obra** servil (para essa redução, também contribuiu a fuga de muitos servos dos feudos diante da desorganização social que se seguiu à peste). Se havia menos gente para trabalhar, a produção agropastoril e artesanal, além do comércio (com menos gente para consumir), sofreu nova redução. Criou-se um círculo vicioso: com menos produção, mais fome, desnutrição e morte e, com isso, menos mão de obra, menos produção, mais fome, desnutrição e morte. Era o mais completo caos do feudalismo.

Diante dessa situação apocalíptica, muitos senhores feudais, na ânsia desesperada de aumentar a produção agropastoril e artesanal, resolveram “motivar” seus camponeses a produzir pagando-lhes **salário** e amenizando as obrigações e a dependência dos servos sobreviventes. Em outras palavras, o trabalho assalariado não apenas se expandiu, como teve uma elevação do seu valor — e trabalho assalariado tem a ver com capitalismo.

Outros senhores feudais, entretanto, optaram por fazer frente às dificuldades de maneira diferente, aumentando a exploração sobre os servos. Cada vez mais queriam que os camponeses pagassem as velhas taxas feudais e prestassem serviços gratuitamente. Ora, a vida do servo já era miserável, mas, naquele momento de crise, tornou-se insuportável. Diante da fome, da pobreza, da exploração, da violência, não restava outro caminho às massas senão revoltar-se. Não por acaso, passaram a eclodir várias revoltas camponesas (como a Jacquerie, na França, em 1358, e a Revolta Inglesa de 1381) e mesmo urbanas (em Florença, em 1378; e em cidades holandesas, em 1379).

Importa ressaltar que a nobreza “já não era mais aquela”. Ela tinha se enfraquecido muito. Com o caos econômico, a aristocracia leiga e clerical havia perdido bastante de sua riqueza. Com a redução da servidão e expansão da mão de obra assalariada, a renda dos senhores feudais se encolhia ainda mais. Para complicar, com rebeliões, guerras, peste, doenças, etc., várias famílias de nobres desapareceram, e seus feudos passaram para os suseranos maiores, os reis.

Revoltas camponesas: a Jacquerie



Diante da exploração, os camponeses se rebelavam.

A exploração e a insatisfação dos camponeses naquele momento de crise do feudalismo, no século XIV, deram origem a várias revoltas. De-

las, uma das mais violentas ocorreu na França, ficando conhecida como **Jacquerie**. O nome se refere ao termo *jacque*, que a nobreza usava de forma pejorativa e zombeteira para chamar os camponeses (estes usavam normalmente uma roupa curta e modesta chamada de *jacque* — assim, a palavra tinha o sentido de “simplório”, “desqualificado”, “joão-ninguém”, etc.).

A Jacquerie iniciou-se espontaneamente em 1358, nas mediações de Paris, propagando-se logo para outras regiões. Refletia a sensação de desespero vivida pela população pobre, vitimada há poucos anos pela peste negra e cada vez mais obrigada a pagar pesados tributos e prestar obrigações aos senhores feudais.

A massa camponesa, furiosa, passou a massacrar os nobres: invadiu castelos e igrejas, pilhou (princi-

palmente comida, pois a fome era grande), pôs fogo, assassinou senhores feudais e clérigos, violentou mulheres. A aristocracia, em pânico, fugiu, abandonando seus bens à sanha da população.

A princípio, não havia líderes; depois, surgem algumas pessoas de destaque na revolta. O mais conhecido chamava-se Guilherme Cale, possivelmente um ex-soldado, de personalidade carismática, que buscou organizar militarmente os camponeses. Cale conseguiu até o apoio de várias cidades, artesãos e comerciantes à causa. Apesar disso, os camponeses não estavam unidos ou tinham um ideal comum e planos, apenas manifestavam a indignação com seu quadro de pobreza.

A reação das elites, contudo, não tardou e veio de maneira brutal. Cavaleiros, “para defender a honra das damas violadas pela horda de bandidos”, e tropas do rei francês Carlos II passaram a enfrentar os camponeses. Chamado para negociar um acordo, Guilherme Cale acabou traído, preso, torturado e enforcado. O movimento, enfim, foi sufocado, deixando mais de 20 mil camponeses mortos e o interior da França quase devastado.

18

Os Estados nacionais **monárquicos absolutistas**



O castelo feudal desmoronava. Não havia mais como a nobreza conservar seu poderio, seus privilégios e sua plena autonomia de antes. O feudalismo sofrera golpes mortais, embora continuasse existindo, cambaleante. Assim, para tentar salvar os restos do sistema feudal, os senhores feudais não viram outra opção que não a de aceitar a reconstituição dos poderes públicos, entenda-se a formação de Estados fortes, centralizando os poderes e os territórios para contornar o caos. Dessa maneira, nos séculos XIV e XV, nota-se na Europa a formação de vários **Estados nacionais**, ou seja, o surgimento dos países que conhecemos hoje, com um governo forte e poderoso nas mãos de um representante da nobreza, um “supersenhior feudal”, o **rei absolutista** (eram, pois, **monarquias absolutistas**), que, com amplos poderes, tentaria deter aquele caos, reprimindo a massa e contornando a crise econômica.

■ A formação dos Estados nacionais ocorreu com vários confrontos.

Aproveitando-se da fraqueza dos senhores feudais e das próprias relações feudo-vassálicas, o rei pôde cada vez mais impor sua autoridade sobre a nobreza, centralizando o poder político. Obviamente, decidir entre os nobres quem seria o rei e quais seriam seus domínios não foi algo pacífico — ocorreram confrontos, mortes, atritos, guerras, etc. entre as mais diversas facções da aristocracia de uma área ou entre áreas diversas da Europa, a exemplo do que se deu na famosa **Guerra dos Cem Anos** (1337–1453), a qual favoreceu a centralização política na França e Inglaterra. Mas, independentemente dos aristocratas que, a contragosto, fossem derrotados e submetidos, o Estado nacional absolutista era uma arma a serviço dos senhores feudais.

A Guerra dos Cem Anos e Joana d’Arc



A Guerra dos Cem Anos (1337–1453), a rigor, foi um confronto entre os senhores feudais da França e da Inglaterra por determinados territórios franceses, sobretudo Flandres, região economicamente rica pelo comércio e pela produção de tecidos. A isso, somava-se a disputa pelo trono da França entre o rei inglês Eduardo III e o francês Felipe de Valois (que acabou sendo aclamado monarca como Felipe VI). A guerra, contudo, não foi contínua (efetivamente, foram 55 anos de confrontos), havendo períodos de trégua e paralisações por motivos outros,

Guerra dos Cem Anos: possibilita a formação de Estados absolutistas.

como a peste negra e as revoltas camponesas. Nas batalhas, alternaram-se triunfos ingleses e franceses, cabendo a estes a vitória definitiva. O confronto agravou ainda mais a crise da sociedade feudal, enfraquecendo a nobreza e possibilitando a centralização

ria definitiva. O confronto agravou ainda mais a crise da sociedade feudal, enfraquecendo a nobreza e possibilitando a centralização

Guerra dos Cem Anos





A Guerra dos Cem Anos estimulou o nacionalismo na França.

do poder e formação dos Estados nacionais da França e Inglaterra.

A luta possibilitou o surgimento de um novo sentimento até então vago na Europa: o nacionalismo. Exemplo para essa “honra” de pertencer a uma nação (ou seja, pessoas que têm laços culturais em comum) foi a famosa Joana d’Arc, uma humilde camponesa que, participando do confronto, estimulou os sentimentos do povo francês em se opor aos ingleses.

Baseando-se em “visões” de santos, Joana d’Arc, com apenas 17 anos, insistia que apenas a união de todos os franceses poderia barrar os inimigos. Com muita perseverança, deixou sua aldeia natal, na atual Lorena, para ver o príncipe herdeiro da França, Carlos VII.

Os nobres logicamente gostaram bastante daquela **ideia** de unidade de todos os franceses para ajudar nas duras batalhas

contra os britânicos. O príncipe permitiu que Joana formasse seu próprio exército, com cerca de 7 mil homens, e partisse para a luta.

Montada num cavalo branco, a Donzela, como se denominou, inspirou muita gente, embora sua perícia militar fosse sofrível (em várias batalhas, foi ferida), afinal era uma pobre camponesa que nunca tinha usado armas, estudado táticas ou visto antes uma batalha.

O fato de ser uma mulher e capaz de “ouvir vozes” sagradas gerou muita motivação para os

soldados. Criou-se um mito em torno dela, que só aumentava com as sucessivas vitórias do exército francês nos momentos finais da Guerra dos Cem Anos. Multidões se formavam para ver Joana. A guerreira, contudo, acabou capturada pelos ingleses, sendo acusada de herege, relapsa e idólatra. No fundo, os ingleses atribuíam à “bruxaria” as derrotas e se vingavam da humilhação que sofreram diante de uma “simples mulher e ainda camponesa”. Um tribunal da Igreja a condenou, e Joana d’Arc foi queimada na fogueira

Pintura de E. Lenepveu representando a Coroação de Carlos VII, em Reims. Pantheon de Paris.





O Cardeal de Winchester interroga Joana d’Arc na prisão. Pintura de Paul Delaroche (1797–1856). Musée des Beaux-Arts, Rouen (França).



em 1431. Durante muito tempo, Joana D’Arc ficou esquecida pela história, quando não era depreciada ou ridicularizada. Apenas no século XIX, quando houve um grande surto de nacionalismo na Europa, os franceses “redescobriram” aquela humilde e analfabeta camponesa, tornando-a uma verdadeira heroína. Nesse contexto, Joana foi reabilitada pela Igreja, sendo declarada santa em 1920 pelo Papa Bento XV. É tida como padroeira da França, sendo bastante cultuada ainda hoje.



Joana d’Arc foi queimada na fogueira em 1431, acusada de bruxaria.





Na Revolução Francesa de 1789, a burguesia assumiu finalmente o comando dos Estados nacionais.

E a nascente burguesia, como viu tudo isso? Ela também aceitou a criação dos Estados nacionais absolutistas. A ela, não interessava aquele quadro de revoltas sociais (que ameaçavam suas propriedades e seus negócios). Por outro lado, seria excelente para os comerciantes a formação de um mercado interno maior, com leis, proteção e apoio dos monarcas (em vez daquela diversidade de feudos, cada qual com leis e regras próprias).

A burguesia, entretanto, não estava no comando do Estado nacional absolutista. Este, repetimos, era um rearranjo para tentar conservar os interesses da aristocracia feudal. E quando a burguesia iria, então, tomar o comando dos Estados nacionais europeus? Depois, bem depois, a partir dos séculos XVII e XVIII, quando o capitalismo triunfou definitivamente e ocorreram várias revoluções burguesas, cujo exemplo maior foi a Revolução Francesa, de 1789.

Naquela transição feudalismo-capitalismo, ao lado da formação dos Estados nacionais, tivemos outros conjuntos de fatos que não podem ser dissociados desse rico processo de mudanças. As elites, em busca de mercados e riquezas para contornar a crise econômica, passaram a patrocinar a ida aos oceanos, numa **Expansão Marítima**. Pessoas buscaram uma renovação espiritual e religiosa, possibilitando a **Reforma Protestante**. Outros buscavam mudar a arte, o conhecimento, os costumes, num **“Renascimento” Cultural**. Era, de fato, uma nova era, um novo tempo, uma nova idade — a **Idade Moderna**.

Bibliografia

- ARIÈS, Philippe, e DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARBEX JÚNIOR, José. *Islã*. São Paulo: Moderna, 1996.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. *História das Sociedades*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- BOBBIO, Noberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*. São Paulo: Globo, 1996.
- FRANCO JUNIOR. *O Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *A Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *Para um Novo Conceito de Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1980.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História do Mundo Feudal*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- MACEDO, José Rivair. *A Mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *Movimentos Populares na Idade Média*. São Paulo: Moderna, 1993.
- MICELI, Paulo. *O Feudalismo*. São Paulo: Atual, 1994.
- POMER, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo: Atual, 1994.
- RIBEIRO, Daniel Valle. *Igreja e Estado na Idade Média*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.
- THEO, Santiago. *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

Periódicos

- AVENTURAS NA HISTÓRIA. São Paulo: Editora Abril, nºs 1, 3, 6, 13, 16, 18, 20, 23, 25, 28, 29, 32, 36, 38, 43, 45, 47, 48, 49 e 52.
- HISTÓRIA VIVA. São Paulo: Duetto Editorial, nºs 5, 9, 10, 15, 16, 18, 23, 26, 34, 35, 38 e 51.
- GRANDES GUERRAS. São Paulo: Editora Abril, nºs 4, 5, 8 e 9.
- LEITURAS DE HISTÓRIA. São Paulo: Escala Editora, nºs 2, 4, 5 e 7.
- REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, nº 30.
- SCIENTIFIC AMERICAN HISTÓRIA. São Paulo: Duetto Editorial, nº 1.

Filmes – Indicações

- A LENDA DE BEOWULF (*Beowulf*, Estados Unidos, 2007)
- BRANCALEONE NAS CRUZADAS (*Brancaleone Alle Crociate*, Itália, 1971)
- CRUZADA (*Kingdom of Heaven*, Estados Unidos, 2005)
- JOANA D'ARC (*Joan of Arc*, França, 1999)
- O INCRÍVEL EXÉRCITO DE BRANCALEONE (*La Incredibile Armata Brancaleone*, Itália, 1965)
- O NOME DA ROSA (*The Name of the Rose*, Alemanha/França/Itália, 1986)